

INTERSETORIALIDADES

Evidências em arte, cultura e educação

IV

Estudos de caso em arte, cultura e educação no Brasil



INTERSETORIALIDADES

Evidências em arte, cultura e educação

IV

Estudos de caso em arte, cultura e educação no Brasil



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

MINISTÉRIO DA
CULTURA



Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Fundação Itaú

Estudos de caso em arte, cultura e educação no Brasil /
organizado por Fundação Itaú ; vários autores . —
São Paulo : Fundação Itaú, 2026. (Intersectorialidades:
evidências em arte, cultura e educação)
18 x 24 cm ; 112 p. ; vol. 4.

ISBN: 978-85-7979-227-4

1. Territorialidade. 2. Estudo de caso. 3. Intersectorialidade. 4.
Análise de dados. 5. Educação integral. I. Fundação Itaú. II.
Título.

CDD 306.43

Bibliotecário Fernando Galante Silva CRB-8/10536





Foto da capa:

Estudantes integrantes do grupo
de maculelê Guerreiros Valentés





GOVERNO FEDERAL

Presidente da República do Brasil
Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente da República do Brasil
Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Ministro de Estado de Educação
Camilo Sobreira de Santana

Secretária de Educação Básica
Katia Helena Serafina Cruz Schweickardt

Diretora de Políticas e Diretrizes da Educação Integral Básica
Tereza Santos Farias

Coordenadora-Geral de Educação Integral e Tempo Integral
Aline Zero Soares

Coordenador de Projetos
Alexandre Falcão de Araújo

Chefe de Projetos
Adilson de Souza

Consultor em Intersetorialidade
Luís Claudio de Almeida

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

Presidente
Manuel Fernando Palacios da Cunha e Melo

Chefe de Gabinete
Juliana Frizzoni Candian

MINISTÉRIO DA CULTURA

Ministra de Estado da Cultura
Margareth Menezes da Purificação

Secretário Executivo
Márcio Tavares dos Santos

Secretário de Formação Artística e Cultural, Livro e Leitura - Sefli/ MinC
Fabiano dos Santos Piúba

Diretor de Educação e Formação Artística
Rafael da Silva Maximiniano

Coordenador-Geral de Formação Artística e Cultural – CGFAC
Henrique Fernandes

Coordenador-Geral de Articulação de Políticas de Cultura e Educação
Alexandre Falcão de Araújo

Coordenadora-Geral de Articulação de Políticas de Cultura e Educação Substituta
Aline Vasconcelos Zeymer

Coordenadora-Geral de Cultura e Comunicação (CGCC) - Sefli/ MinC
Ivna Nilton Marques Girão

FUNDAÇÃO ITAÚ

Presidente do Conselho Curador da Fundação Itaú
Alfredo Setubal

Presidente da Fundação Itaú
Eduardo Saron

Ficha Técnica

OBSERVATÓRIO FUNDAÇÃO ITAÚ

Gerência

Carla Chiamarelli

Coordenação

Alan Valadares

Carla Egydio

Esmeralda Macana

Advocacy

Ana Carolina Marossi Batista

Estudos e Pesquisas Aplicadas

Guilherme G. Miranda Silva

Lígia Dona de Souza

Monitoramento e Avaliação

Alisson Santos

Ana Maria Cardoso

Beatriz Almeida da Silva

Milena Dias de Sá (estagiária)

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E ESTRATÉGICA

Gerência Executiva

Ana de Fátima

Coordenação de Comunicação

Alan Albuquerque

Renato Corch

Comunicação Institucional

Fabiana Sousa

Estratégias Digitais e Gestão de Marcas

Ailson Taveira

Letícia Vieira Sant Ana

Helga Vaz

Mauryce Keyne

Resumo Executivo

Beatriz Lomonaco (terceirizado)

APOIO TÉCNICO

TOMARA! EDUCAÇÃO E CULTURA

Execução da pesquisa, redação e gestão do projeto editorial

Gestão geral

Clara Azevedo

Erick Roza

Coordenação da pesquisa e Redação

Alexandre Bortolini

Equipe de pesquisa e Redação

Andrea Azambuja

Fernanda Chagas

Ivaneza Ferreira

Juliana Marra

Sarayna Martins

Vanessa Cândida

Fernanda Moraes (assistente)

Coordenação editorial

Gustavo Tristão

Projeto gráfico e diagramação

Júlia Yoshino

Capa

Júlia Yoshino

Thomas Musmann

Revisão de texto

Paulo Noviello



A publicação **Estudos de caso em arte, cultura e educação no Brasil** faz parte de um conjunto de estudos que compõem a conjunto de estudos que compõem a coletânea “Intersectorialidades: evidências em arte, cultura e educação”, fruto de um acordo de cooperação técnica firmado entre o Ministério da Educação (MEC), o Ministério da Cultura (MinC), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e a Fundação Itaú, com o objetivo de produzir estudos e evidências sobre o impacto da arte e da cultura no desempenho acadêmico, na trajetória escolar e no desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, para contribuir com a ampliação de políticas públicas que promovam o direito à arte, à cultura e à educação integral.

Como parte dos resultados dessa parceria, publicamos esta coletânea composta por quatro volumes:

1. O primeiro, nomeado “**Estudo para a construção de políticas públicas de arte, cultura e educação**”, é resultado do Policy Dialogues in Focus, realizado pela Fundação Itaú, em parceria com o Ministério da Educação e com o Ministério da Cultura, em articulação com o Education Policy Outlook da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A iniciativa representou um primeiro esforço de mobilização e investigação sobre políticas públicas intersectoriais entre educação e cultura, combinando levantamento de evidências, análise do contexto brasileiro

INTERSETORIALIDADES

Evidências em arte, cultura e educação

em perspectiva comparada e a promoção de um espaço de diálogo entre especialistas e tomadores de decisão.

II. O segundo volume, nomeado “**Aprendizados a partir de análise dos dados de cultura e educação**”,

apresenta a investigação de bases de dados educacionais e de cultura e propõe análises estatísticas para compreender como a inserção de atividades artísticas no cotidiano escolar e o acesso de estudantes a equipamentos culturais em seus territórios podem trazer ganhos para o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens.

III. O terceiro, “**Mapeamento de experiências em arte, cultura e educação**”

realizado em parceria com o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), desenvolveu um mapeamento de sete iniciativas nacionais e uma internacional que atuam na intersecção entre cultura e educação, analisando suas principais características e contribuições, por meio de documentos oficiais, artigos acadêmicos e outras informações disponíveis sobre as experiências escolhidas.

IV. O quarto, “**Estudos de caso em arte, cultura e educação no Brasil**”, realizado pela Tomara! Educação e Cultura, aprofundou cinco experiências nacionais selecionadas, a partir

do mapeamento do terceiro volume, aplicando um conjunto articulado de métodos, que incluiu entrevistas, rodas de conversa e incursões a campo, para analisar os principais aprendizados acumulados por essas iniciativas.

Com metodologias, focos e abrangências distintas, mas articulados a um mesmo objetivo, a coletânea busca construir insumos capazes de apontar caminhos e recomendações para a construção de políticas públicas que articulem arte, cultura e educação.

Os resultados dos estudos reforçam a importância da parceria entre MEC, MINC, Inep e Fundação Itaú como uma contribuição importante para o avanço de políticas intersetoriais. Ao produzir evidências robustas sobre a relevância da articulação entre arte, cultura e educação, os estudos impulsionam a promoção de uma educação integral e de qualidade e a democratização dos direitos culturais para crianças, adolescentes e jovens.

Acesse todos os volumes da coleção

**Intersetorialidades:
evidências em arte, cultura
e educação**

no final desta publicação.

Carta ao leitor

Sem a cultura, a conta da educação não bate nunca

“Educação sem cultura é só adestramento”.

JORGE LARROSA

Uma escola que não tem o ensino das artes e a experiência da formação artística e cultural em seu ambiente (e fora dele), nem em sua estrutura de ensino-aprendizagem, é uma escola limitada e opressora. Ainda mais em um país onde nem todas as pessoas têm acesso aos bens e serviços culturais: a um museu, a um teatro, a um cinema, a uma biblioteca, a um espetáculo de dança ou uma peça teatral. Portanto, a primeira defesa que fazemos aqui é a de que todo estudante tem o direito às artes e à cultura desde a mais tenra idade.

Não há educação integral sem as artes e sem a cultura. Aliás, sem a cultura, a conta da educação não vai bater nunca. Os índices de leitura ou de matemática continuarão críticos em nosso país, porque não há construção do conhecimento sem a imaginação e sem o desenvolvimento do pensamento crítico e da criatividade. Toda criança e adolescente deve ter garantidos o direito às artes e a cultura dentro e fora da escola, inserido na perspectiva educacional e na formação de seus repertórios culturais, artísticos, subjetivos, simbólicos, estéticos, éticos, críticos e criativos. Portanto, a promoção de uma educação integral de qualidade, passa, impreterivelmente, pela democratização dos direitos culturais para todas as crianças, adolescentes e jovens de nosso país.

Partindo dessas premissas, o Ministério da Cultura (MinC), o Ministério da Educação (MEC) e o Instituto

Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), firmaram um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com a Fundação Itaú no intuito de “produzir estudos e evidências sobre o impacto da arte e da cultura no desempenho acadêmico, na trajetória escolar e no desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, com o objetivo de contribuir com a ampliação de políticas públicas que promovam o direito à arte, à cultura e à educação integral”. Este ACT tem sido uma ferramenta estratégica para qualificar a integração das políticas de cultura e educação em nosso país. Por oportuno, louvo essa iniciativa da Fundação Itaú e todo o seu trabalho em torno das pesquisas, estudos e projetos que promovem a convergência entre arte, cultura e educação no Brasil.

A coletânea “Intersetorialidades: Evidências em arte, cultura e educação” é o primeiro resultado desta parceria. Estamos publicando os volumes iniciais dessa coletânea, resultados dos estudos e pesquisas que apontam quatro agendas estratégicas: i) “Estudo para a construção de políticas públicas de arte, cultura e educação”; ii) “Aprendizados a partir de análise dos dados de cultura e educação”; iii) “Mapeamento de experiências em arte, cultura e educação”; iv) “Estudos de caso em arte, cultura e educação no Brasil”.

Como podemos perceber, são quatro investigações que estão interligadas. Não existem políticas públicas sem a produção de informações, de indicadores e de estudos mais profundos que gerem dados e promovam análises estatísticas e qualitativas acerca dessas políticas. Em nosso caso, poucas são as pesquisas e investigações que comprovam os impactos da cultura nas políticas de educação. Foi partindo também dessa constatação que definimos por avançar em um ACT que produzisse evidências sobre o impacto da arte e da cultura no desenvolvimento dos estudantes, buscando aprimorar a educação integral a partir do exercício crítico e criativo do direito à cultura, em conexão com a educação básica brasileira.

Vale destacar ainda, que este ACT se insere num contexto mais amplo, onde o MinC e o MEC instituíram, por portaria interministerial, a “Ação Arte e Cultura na Educação de Tempo Integral – no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral”. Trata-se de uma ação federativa do Governo Federal com as secretarias estaduais e municipais de cultura e de educação em sete eixos centrais: i) História e Cultura Afro-brasileira e Indígena; ii) Artista residente na escola; iii) Aprendizado com mestres e mestras das culturas populares e tradicionais; iv) Promoção da leitura, da escrita criativa e da literatura no ambiente escolar; v) Atividades em ambientes culturais fora da escola; vi) Audiovisual e cinema; vii) Cultura do Acesso e Direitos Culturais das pessoas com deficiência.

Este volume “Estudos de caso em arte, cultura e educação no Brasil” parte do anterior que mapeou iniciativas – em especial de instituições da sociedade civil – que atuam numa intersecção entre cultura e educação como missões e valores centrais em suas atividades. Nesta vereda, vale celebrar cada instituição e experiências aqui destacadas: Grãos de Luz e Gríô, Escola Viva Olho do Tempo, PIÁ - Programa de Iniciação Artística; Maculelê na Educação em Tempo Integral; Do Mundo da Imaginação à Prática Experimental de Atividades Culturais, Literárias e Artísticas.

Temos, neste estudo, matrizes de referências que apontam o perfil e o contexto local de cada instituição, a governança e a relação intersectorial entre cultura e educação, de como essa relação se incorpora no currículo, passando pela compreensão da atuação territorial, além de suas propostas pedagógicas e os desenhos de planejamento, monitoramento e avaliação. São experiências com conceitos, programas, métodos, práticas e resultados que nos revelam abordagens onde cultura e educação caminham juntas não só em suas trilhas formativas, mas nas vidas das crianças e jovens que são beneficiadas por essas instituições. Além disso, revela-nos que não há modelos únicos e totalizantes para a formação, muito menos, para a

formação artística e cultural. Portanto, este estudo contribui de maneira eficiente para o aprimoramento da educação integral e sua relação com os espaços próprios da cultura, promovendo o direito à cultura e à formação de repertórios artísticos e culturais numa perspectiva orgânica e diversa.

Sendo assim, relaciona-se de maneira muito precisa com o eixo das “Atividades em ambientes culturais fora da escola” da Ação Arte e Cultura na Educação de Tempo Integral no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral, promovida pelo MinC e pelo MEC. Este eixo parte da compreensão de que os espaços próprios da cultura são ambientes orgânicos, críticos e criativos de educação integrada. Para além dos muros das escolas, nossos estudantes devem realizar itinerários formativos em teatros, museus, cinemas, bibliotecas, ateliês e terreiros de mestres e mestras, pontos de cultura e em espaços culturais da sociedade civil, como esses das experiências aqui compartilhadas.

Como já afirmou Alcione Araújo, “cultura e educação são frutos da mesma árvore sagrada do conhecimento”. A cultura é o alimento da alma. Uma educação integrada só faz sentido se estiver entrelaçada com a cultura, pois ela – com a artes – amplia horizontes, competências e capacidades críticas e criativas, convergindo para a melhoria dos processos de ensino e de aprendizagem, em especial, da matemática, da leitura e das ciências. Ao inserirmos a formação de repertórios artísticos e culturais nas vidas de nossos estudantes, estamos contribuindo para seus desenvolvimentos cognitivo, social, físico, emocional e cultural, além do incremento na convivência ética e cidadã. Noutras palavras, a cultura melhora o Ideb, o Pisa e a Alegria, pois ela é a prova dos nove. Sem a cultura, a conta da educação não vai bater nunca.

Fabiano dos Santos Piúba

Secretário de Formação Artística e Cultural,
Livro e Leitura do Ministério da Cultura

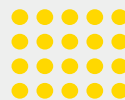


▲ Crianças em atividade externa da Escola Viva Olho do Tempo

◀ Estudantes da Escola Municipal Maria Isabel durante oficina do Grãos de Luz e Grão



Sumário



- 1. Apresentação** 14
 - 2. Metodologia** 17
 - 3. As experiências investigadas** 22
 - Grãos de Luz e Griô - Lençóis (BA) 24
 - Escola Viva Olho do Tempo - João Pessoa (PB) 38
 - Programa de Iniciação Artística (PIÁ) - São Paulo (SP) 50
 - Maculelê na Educação em Tempo Integral: Uma imersão nessa manifestação cultural Afro Brasileira - Concórdia do Pará (PA) 62
 - Do Mundo da Imaginação à Prática Experimental de Atividades Culturais, Literárias e Artísticas - Rubiataba (GO) 76
 - 4. Aprendizados e desafios** 86
 - Diferentes desenhos e contextos, múltiplas possibilidades 86
 - O território como ponto de partida 87
 - Intersetorialidade 87
 - Produção coletiva e governança compartilhada 88
 - Integração curricular e educação integral em tempo integral 88
 - Desenho de planejamento, monitoramento e avaliação 89
 - Oportunidades de trabalho e geração de renda 89
 - Quando a escola aprende com a arte 90
 - 5. Recomendações** 92
- Referências bibliográficas** 103

Apresentação

1

A integração das artes e da cultura à educação tem um largo histórico de debate e investimento no campo das políticas públicas no Brasil. Seja na origem comum, em que cultura e educação compartilharam, por décadas, o mesmo ministério, seja, mais recentemente, na construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a cultura é e deve ser uma dimensão central das políticas educacionais. Da mesma forma, a educação, e em particular a escola, se mostra cada vez mais estratégica para garantia do acesso à arte e cultura. Nos últimos anos, a educação integral em tempo integral se tornou foco na agenda educacional e isso é uma oportunidade para expandir e intensificar ainda mais essa articulação dentro das escolas e/ou em parceria com equipamentos culturais, universidades e organizações da sociedade civil.

O campo de intersecção entre arte, cultura e educação no Brasil é hoje um espaço riquíssimo, permeado por inúmeras iniciativas que se organizam a partir de desenhos institucionais, metodologias e referenciais diversos. É possível encontrar políticas implementadas por instâncias de governo, ações realizadas por organizações da sociedade civil, formações desenvolvidas por instituições culturais e propostas pedagógicas desenvolvidas no interior das escolas. Não raro, governo, sociedade civil e instituições de ensino convergem em ações articuladas, produzindo experiências significativas que combinam melhoria da aprendizagem e acesso a atividades culturais e formação artística. Essas iniciativas tomam lugar desde pequenas cidades do interior até grandes metrópoles,

atravessando áreas rurais, comunidades quilombolas, aldeias indígenas, centros urbanos e periferias.

Apropriar-se dessa diversidade de atores e experiências – e fazê-los convergir para objetivos e resultados comuns – é um grande desafio no desenho de políticas intersetoriais de educação e cultura. Como, afinal, unir esses dois campos em uma mesma iniciativa, que atue simultaneamente na promoção da qualidade da educação e na garantia dos direitos culturais? Quais os caminhos para construir um diálogo consistente, tanto entre organizações culturais e instituições de ensino, como também entre diferentes pastas de um mesmo governo, que produza impacto nos seus modos de aprender, ensinar e acessar arte e cultura? Que metodologias implementar para que a vivência da arte seja parceira do processo de aprendizagem e de desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens?

Mesmo considerando toda a experiência já acumulada, responder a essas perguntas ainda é um desafio. Neste sentido, se fazem necessárias investigações empíricas mais amplas e aprofundadas que identifiquem boas práticas e subsidiem modelos de articulação significativos e factíveis, especialmente no contexto brasileiro. Estudos que permitam compreender, no diálogo com as pessoas e instituições, os aprendizados, desafios e oportunidades, para que possam, a partir de evidências consistentes, orientar o desenho de políticas públicas e a atuação de gestores e profissionais.

Nesse sentido, o Observatório Fundação Itaú, em parceria com o Ministério da Educação (MEC), o Ministério da Cultura (MinC) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), com base no Acordo de Cooperação Técnica nº 18/2024 assinado entre as partes, coordenou um amplo estudo com foco em iniciativas governamentais e não governamentais que articulam educação, arte e cultura. Uma das frentes deste estudo, executada pela Tomara! Educação e Cultura, consistiu em uma investigação aprofundada de cinco iniciativas localizadas em diferentes regiões brasileiras. A investigação buscou compreender como essas diferentes ações desenvolvidas pelo poder público e pela sociedade civil têm produzido práticas, metodologias e arranjos institucionais capazes de inspirar a formulação de políticas intersetoriais que articulem arte, cultura e educação.

Entre julho e dezembro de 2025, uma equipe descentralizada de pesquisadores construiu um diálogo com profissionais, gestores, participantes e comunidades envolvidas nestas iniciativas, para conhecer suas experiências e identificar aprendizados e desafios. A pesquisa foi orientada por uma Matriz de Referência, elaborada a partir dos objetivos do estudo, que estabeleceu oito dimensões de investigação, e operou como ferramenta-guia no planejamento e desenvolvimento dos estudos de caso.

Para cada iniciativa foram realizadas entrevistas com gestão e coordenação pedagógica, rodas de conversa com equipe e público e incursões a campo, com observação participante. Além disso, foram agregados subsídios levantados a partir da aplicação de questionários, de análise documental e de informações obtidas via Lei de Acesso à Informação (LAI). A partir deste conjunto articulado de métodos, a investigação buscou compreender como diferentes ações desenvolvidas pelo poder público e pela sociedade civil têm produzido práticas, metodologias e arranjos institucionais que podem servir de referência para a formulação de políticas intersetoriais em educação e cultura.

A investigação se estruturou como um estudo de caso, com foco em cinco iniciativas pré-selecionadas, que incluíam políticas públicas, organizações não governamentais com atuação nas áreas de educação e cultura e projetos de arte e cultura desenvolvidos por escolas. As experiências selecionadas foram: Grãos de Luz e Griô – Lençóis (BA); Escola Viva Olho do Tempo – João Pessoa (PB); Programa de Iniciação Artística (PIÁ) – São Paulo (SP); Maculelê na Educação em Tempo Integral: Uma imersão nessa manifestação cultural Afro-Brasileira – Concórdia do Pará (PA); Do mundo da imaginação à prática experimental de atividades culturais, literárias e artísticas – Rubiataba (GO).

Esta publicação, intitulada *Intersetorialidades: estudos de caso em arte, cultura e educação no Brasil*, volume IV da **Coleção Intersetorialidades: evidências em arte, cultura e educação**, apresenta os principais resultados dessa frente de pesquisa. Primeiro, é descrita sinteticamente a metodologia. No tópico seguinte, com o foco em cada uma das iniciativas, são apresentados os achados dos estudos de caso. Na sequência, estão reunidos os principais aprendizados construídos ao longo do diálogo com as experiências pesquisadas e, para finalizar, é proposto um conjunto de recomendações que pretendem colaborar no processo de formulação e melhoria de políticas públicas intersetoriais em educação e cultura, visando o desenvolvimento integral, bem como a democratização do direito cultural.

A seleção das cinco experiências analisadas neste estudo deriva, em parte, do levantamento abrangente realizado pelo Cebrap, descrito no volume III: Mapeamento de experiências em arte, cultura e educação. Com base nesse levantamento, o Observatório Fundação Itaú, em acordo com o Ministério da Educação e o Ministério da Cultura, e com o apoio de especialistas, selecionou três iniciativas brasileiras previamente mapeadas para um aprofundamento qualitativo: o **Programa de Iniciação Artística (PIÁ)** da Prefeitura São Paulo e as organizações **Escola Viva Olho do Tempo** e **Grãos de Luz e Griô**, atuantes em João Pessoa, Paraíba, e em Lençóis, Bahia, respectivamente. A estas se somaram outras duas iniciativas, oriundas do *Mapa de Experiências Inspiradoras de Gestão Pública e Projetos Pedagógicos de Educação Integral em tempo integral*, publicado pelo Ministério da Educação em parceria com o Grupo TEIA – Territórios, Educação Integral e Cidadania da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG): o projeto **Maculelê na Educação em Tempo Integral: Uma imersão nessa manifestação cultural Afro-Brasileira**, realizado em escolas de Concórdia do Pará (PA) e a iniciativa **Do mundo da imaginação à prática experimental de atividades culturais, literárias e artísticas**, desenvolvida pela Secretaria Municipal de Educação de Rubiataba (GO).

A escolha destas cinco experiências se justifica pelo potencial de cada uma em trazer subsídios específicos para fundamentar a formulação de políticas

intersectoriais de educação e cultura. Cada iniciativa pré-selecionada foi previamente contatada e convidada a participar do estudo, que contou com a adesão voluntária e interesse de seus gestores.

As experiências, apresentadas no quadro a seguir, contemplam formas institucionais, distribuição regional e escalas de ação muito variadas, o que permitiu a construção de uma investigação qualitativamente abrangente sobre o campo.

QUADRO 1. Iniciativas selecionadas

Iniciativa	Município	Gestão	Abrangência	Estimativa de público direto alcançado por ano
Programa de Iniciação Artística (PIÁ)	São Paulo (SP)	Secretaria Municipal de Cultura	Municipal	+ 2.000 pessoas
Grãos de Luz e Griô	Lençóis (BA)	Sociedade civil	Nacional	Entre 500 e 1.000 pessoas
Escola Viva Olho do Tempo	João Pessoa (PB)	Sociedade civil	Região metropolitana	Entre 200 e 500 pessoas
Maculelê na Educação em Tempo Integral	Concórdia do Pará (PA)	Escola pública	Local	Entre 10 e 100 pessoas
Do Mundo da Imaginação à Prática Experimental de Atividades Culturais, Literárias e Artísticas	Rubiataba (GO)	Secretaria Municipal de Educação	Municipal	Entre 500 e 1000 pessoas

Matriz, métodos de coleta e análise de dados

Para orientar a investigação e a análise, foi desenvolvida uma Matriz de Referência, elaborada a partir dos objetivos do estudo, que estabeleceu oito dimensões de análise, voltadas a compreender os diferentes aspectos envolvidos na construção de cada iniciativa. Essas dimensões foram decompostas em subdimensões e relacionadas a perguntas orientadoras gerais e específicas, que resultaram na elaboração de um conjunto de indicadores. A coleta de dados se deu pela articulação de diferentes métodos, que incluiu análise documental, entrevistas, rodas de conversa e observação participante, além de levantamentos via LAI. Os dados obtidos foram analisados a partir de métodos típicos da análise de conteúdo. Foram ouvidos gestores de equipamentos e iniciativas, coordenadores pedagógicos, educadores, arte-educadores, educandos, familiares e membros das comunidades do entorno. O processo de pesquisa pode ser visualizado, de forma resumida, na próxima página.



◀ Elementos usados para contar a história da Escola Viva Olho do Tempo durante uma roda

Toda a investigação foi desenvolvida tendo por objetivo reunir evidências capazes de inspirar a expansão de políticas de arte, cultura e educação no contexto escolar e fora dele, contemplando as diversidades regionais e territoriais brasileiras, a partir de diferentes aprendizados acumulados pelas iniciativas estudadas

QUADRO 3. Quadro ilustrativo da metodologia do estudo

COLETA DE DADOS

ANÁLISE DOCUMENTAL

Leitura e sistematização de textos, artigos e materiais audiovisuais disponíveis publicamente, além de documentos fornecidos pelas próprias iniciativas, e levantamento de dados via Lei de Acesso à Informação (LAI) junto às secretarias de educação e de cultura dos municípios.

ENTREVISTAS

Realização de entrevistas semi-estruturadas, duas por iniciativa, cada uma com aproximadamente duas horas de duração em modo remoto, com base em roteiros previamente elaborados. Foram entrevistadas pessoas responsáveis pelas áreas de gestão e coordenação pedagógica das iniciativas.

OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Realização de incursões a campo, uma para cada iniciativa, com duração média de três dias, a fim de conhecer território, espaços, práticas, interações cotidianas e acompanhar atividades.

RODAS DE CONVERSA

Realização de rodas de conversa durante as incursões a campo, envolvendo equipe, participantes, gestores de equipamentos e membros da comunidade onde as iniciativas são executadas.

10
entrevistas online com
27 participantes

10
rodas de conversa com
101 participantes

5
observações participante ao
longo de 15 dias de campo

40
documentos analisados

35
respostas LAI analisadas

25
instrumentos
de coleta

+150h
de atividades de coleta
de dados

As experiências investigadas

3

Este capítulo apresenta uma síntese dos dados levantados e produzidos sobre cada uma das experiências. As informações sobre as iniciativas estudadas foram organizados com base nas dimensões da matriz de referência construída: perfil e características gerais; contexto local; governança e intersetorialidade; integração curricular; desenho de planejamento, monitoramento e avaliação; território e campo cultural; proposta pedagógica; e interação cotidiana.



▲ Oficina de fotografia na Escola Viva Olho do Tempo



▲ Estudantes integrantes do grupo de maculelê Guerreiros Valentes



▲ Criança durante atividade do projeto Maculelê na Educação em Tempo Integral



▲ Oficina de percussão na Escola Viva Olho do Tempo



Grãos de Luz e Griô

📍 Chapada Diamantina - Lençóis (BA)

“Ainda do lado de fora, as boas-vindas são dadas por duas árvores majestosas, uma mangueira e um jameiro, plantadas há anos e cultivadas por crianças participantes da iniciativa e sua equipe, parecendo traduzir que, para crescer, é preciso nutrir e amar. Ao passar pela entrada, em uma área aberta, notam-se construções com técnicas locais – pau a pique, embrechada, dragas de garimpo – uma valorização clara da cultura local.”

Relato de Campo



Perfil e características gerais

Organização da Sociedade Civil reconhecida como Ponto de Cultura, com atuação intersetorial nos campos da educação, cultura, arte e desenvolvimento sustentável, tendo como base metodológica a Pedagogia Griô. Fundada em 1995 e formalizada em 2001, atua a partir de Lençóis (BA) com alcance local, regional e nacional, desenvolvendo ações em comunidades tradicionais, quilombolas, rurais e periféricas. Atende majoritariamente crianças, adolescentes e jovens de baixa renda, em sua maioria negros, quilombolas e estudantes da rede pública, além de jovens universitários e mestres griôs detentores de saberes tradicionais. Destaca-se a articulação da organização em redes, incidência em políticas públicas e integração contínua entre cultura, educação formal e território. Griô é uma palavra abasileirada pelo Grãos de Luz e Griô e tem origem na palavra crioula *griot*, que traduz a palavra *dieli*, numa língua do império do Mali, que significa o sangue que circula. Os Griôs são contadores de histórias, cantadores, genealogistas da tradição do Noroeste da África responsáveis pela biblioteca viva através da tradição oral. São famílias que, no universo da tradição oral, onde o livro não tem um papel social prioritário, guardam a história e as ciências das comunidades, das regiões e do país.

Fonte: Site Grão de Luz e Griô.

O Grãos de Luz e Griô é uma Organização da Sociedade Civil reconhecida como Ponto de Cultura¹, de atuação intersetorial. Sua missão declarada é promover a educação, a cultura, a arte e o desenvolvimento sustentável em comunidades tradicionais, rurais e de periferia, fortalecendo a identidade e a ancestralidade através da transmissão da tradição oral. O Grãos de Luz e Griô desenvolve oficinas, forma jovens e atua em iniciativas comunitárias de proteção do meio ambiente e geração de renda para valorizar e preservar os saberes e fazeres de griôs² e mestres de tradição oral.

A organização demonstra alto grau de institucionalidade e formalização. Em 2001 se tornou uma Organização da Sociedade Civil formalizada como associação comunitária e funciona hoje como um Ponto de Cultura. Possui uma estrutura formal de liderança, com uma presidenta e cargos definidos,

◀ Na página anterior:

Integrantes do Grãos de Luz e Griô durante ensaio para Aula-Espetáculo

1 De acordo com o texto da lei nº 13.018/2014, que instituiu a Política Nacional de Cultura Viva, os Pontos de Cultura são definidos como “entidades jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, grupos ou coletivos sem constituição jurídica, de natureza ou finalidade cultural, que desenvolvam e articulem atividades culturais em suas comunidades”. A certificação como Ponto de Cultura é concedida pelo Ministério da Cultura através do Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura.

2 Segundo a página do Grãos de Luz e Griô, “Griô ou Mestre(a) é todo(a) cidadão(ã) que se reconheça e seja reconhecido(a) pela sua própria comunidade como herdeiro(a) dos saberes e fazeres da tradição oral e que, através do poder da palavra, da oralidade, da corporeidade e da vivência, dialoga, aprende, ensina e torna-se a memória viva e afetiva da tradição oral, transmitindo saberes e fazeres de geração em geração, garantindo a ancestralidade e identidade do seu povo”.

como coordenação pedagógica, assessoria de avaliação e planejamento institucional. Possui espaço físico próprio no centro histórico de Lençóis, cidade na região da Chapada Diamantina, no interior da Bahia, adquirido com recursos acumulados ao longo dos anos.

A Pedagogia Griô é a metodologia central da organização, construída e sistematizada ao longo de sua trajetória. Pela sua atuação, o Grãos de Luz e Griô recebeu prêmios e reconhecimentos nacionais e internacionais, constituindo-se em uma referência no campo da cultura e da educação.

A iniciativa alcança um público diverso, com foco especial em comunidades e povos tradicionais, famílias de baixa renda e grupos que enfrentam discriminação de gênero e raça. Os principais públicos atendidos são crianças e adolescentes de baixa renda, de famílias de periferia, quilombolas, rurais, em sua maioria do sexo feminino, negras, estudantes de escolas públicas, sem oportunidades de educação complementar. Participam do Grãos de Luz e Griô muitos estudantes do ensino médio e prestes a ingressar no mercado de trabalho. Inclui também jovens estudantes de graduação de áreas como pedagogia, história e letras, tanto da periferia, quanto do interior e das grandes capitais.

A organização é composta por mestres griôs de tradição oral, quilombolas, afrodescendentes, em sua maioria mulheres mais velhas, com saberes específicos tradicionais como pajés, mães e pais de santo, povo da capoeira, contadores de história, cordelistas, brincantes, erveiras, curandeiras, sambadoras e artesãs.

Ainda que existam perfis prioritários, segundo a gestão do Grãos de Luz e Griô, não existe um critério específico de seleção de participantes, mas uma política de “portas abertas”, considerando o interesse pessoal de quem adentra o espaço. Essa entrada pode se dar também através de alguma ação desenvolvida em uma escola ou comunidade, a partir da qual é possível iniciar uma relação com crianças, jovens, educadores e familiares. Pessoas, organizações ou comunidades também podem contatar diretamente a organização manifestando interesse em participar das atividades ou fazer parcerias.

No tocante à equipe, a iniciativa tem um modelo formativo próprio, que é múltiplo e continuamente atravessado pelos campos da educação, cultura e tradição oral. Jovens aprendem, praticam e transmitem saberes dentro da própria instituição, entrando e saindo de diferentes papéis – educadores, artistas, produtores, cineastas, músicos – de acordo com os processos pedagógicos em curso. Nessa perspectiva, não são exigidos diplomas ou formações prévias, mas a vivência aprofundada da Pedagogia Griô, sua filosofia, seus

fundamentos éticos e a prática comunitária que a sustenta, reconhecida como matriz formativa, teórica e prática, compartilhada por todos.

Pretos, pardos e indígenas constituem a maioria entre os integrantes da equipe do Grãos de Luz e Griô. Há presença importante tanto de pessoas jovens quanto de mais velhas, o que possibilita um diálogo intergeracional valorizado pela equipe. Em convergência com uma perspectiva que simultaneamente valoriza os saberes tradicionais e comunitários enquanto incentiva o engajamento em processos formativos formais, a maioria das pessoas que atua na instituição tem curso superior, mestrado ou doutorado, boa parte tendo iniciado ou avançado nesses processos ao longo da sua atuação no Grãos de Luz e Griô. Além disso, com base nas entrevistas realizadas, percebe-se que a equipe do Grãos de Luz e Griô reflete a diversidade do público-alvo e do território: quanto ao gênero, as presidentes, na maioria, foram mulheres jovens, negras, de Lençóis, formadas na própria instituição, assim como há maioria de mulheres entre mestres griôs. Há também uma importante representatividade de pessoas historicamente sujeitas à violência de gênero.

A gente hoje está trabalhando com 60 mestres, mestres griôs, educadores e jovens, bolsistas, que ganham 800 a 900 reais de bolsa, com projetos que a gente conquistou aqui na Bahia, para trabalhar com a Pedagogia Griô nas escolas, nas suas comunidades, nos seus grupos culturais. Então, são capoeiras, são terreiros, são grupos do semiárido do campo, né? Produtores orgânicos, agricultores. São mamulengueiros, enfim, são vários grupos que estão ali, são 10 entidades integradas com mais de 60 em outros agrupamentos, que estão atuando com a gente aí a nível de Bahia.

Entrevista com a Gestão

A escala de público alcançada pelo Grãos de Luz e Griô é ampla, tanto em termos geográficos quanto no número de organizações e sujeitos envolvidos. Regionalmente, a atuação do Grãos de Luz e Griô estende-se por todo o estado da Bahia por meio da Ação Griô Bahia, projeto que envolve entidades em dez municípios diferentes. Nacionalmente, destaca-se o alcance da Pedagogia Griô, com cursos e projetos na maioria dos estados do Brasil. Nesse plano, a organização atua com 130 pontos de cultura na Ação Griô Nacional e tem forte presença em redes públicas de ensino de São Paulo, Brasília e outros locais, bem como circulação em diversas universidades no país.

A associação atua através de três linhas de ação principais. A primeira mira a melhoria da qualidade da educação de crianças, adolescentes e jovens, promovendo o reconhecimento dos seus potenciais afetivos, artístico-culturais,



▲ Arte educadores e estudantes interagem durante oficina na Escola Municipal Maria Isabel

científicos e políticos, para atuarem como protagonistas da sua própria vida e da vida comunitária, ocupando lugares dignos na universidade, no mercado de trabalho e em coletivos artístico-culturais e ambientais. A segunda linha de atuação trata da garantia de referências de educação contextualizada e comunitária, pelo direito ao desenvolvimento sustentável, por meio da institucionalização da Pedagogia Griô e da valorização dos conhecimentos tradicionais em comunidades e escolas públicas da Chapada Diamantina, da Bahia e do Brasil. A terceira linha de ação foca em promover o desenvolvimento sustentável através da economia solidária, do turismo comunitário, da valorização dos conhecimentos tradicionais e do apoio aos grupos de agricultura orgânica, grupos culturais e de produções artesanais nas comunidades tradicionais, rurais, de assentamento e periféricas da Chapada Diamantina.

A organização tem também um papel importante na articulação nacional pela luta por políticas públicas e fundos de investimentos para cultura, no turismo comunitário, desenvolvimento sustentável, conservação da biodiversidade e valorização da identidade da região.

O Grãos de Luz e Griô atua em diferentes conselhos municipais de educação e cultura, bem como em níveis regional, estadual e nacional, intervindo em

fóruns e conselhos. Investe também na produção artística e cultural, trabalhando com múltiplas linguagens artísticas, como teatro, dança, música e audiovisual. Destaque para as produções de aulas-espetáculos, produções documentais pela TiVi Griô³ e outros produtos artísticos pelos jovens.

Essas linhas de atuação se materializam, entre outras formas, na realização de oficinas e na formação de docentes na Pedagogia Griô, que vem multiplicando atores que possam atuar como ponte entre a prática cultural e o currículo escolar, compondo uma rede de produção partilhada e mais autônoma. Ao longo de cerca de três décadas, o Grãos de Luz e Griô atuou num processo contínuo de integração entre arte, cultura e educação formal nas escolas de Lençóis. Essa incidência aparece em momentos de revisão dos projetos político-pedagógicos e currículos das escolas e também na transformação cotidiana das práticas pedagógicas, no modo de ensinar, aprender e relacionar-se. Colaborações institucionais com a rede municipal de ensino ocorreram em grande volume até meados de 2018, chegando a um ponto em que essas relações se tornaram de tal forma orgânicas que, independente de acordos formais, a Pedagogia Griô segue presente no currículo e nas práticas pedagógicas das escolas.

O Grãos ampliou ainda mais sua atuação por meio da Ação Griô Nacional e a Ação Griô Bahia, levando práticas de tradição oral, revisão de currículos e produção de materiais pedagógicos para outros municípios e comunidades tradicionais. A iniciativa já realizou, por exemplo, a revisão dos currículos de 21 escolas quilombolas.

Além da atuação direta em escolas, o Grãos de Luz e Griô tem ainda um programa voltado à formação de jovens-educadores que compõem a iniciativa diretamente, já egressos da Educação Básica. Estas formações são contínuas e compreendem, além do ensino da Pedagogia Griô, diversas linguagens artísticas, culturais e corporais, como música, teatro, dança, biodança e audiovisual. Em seus percursos, os jovens são estimulados a explorar interesses sem restrições, abordagem que permite que se tornem multiartistas e educadores(as) populares plurais.

Entre as práticas pedagógicas mais simbólicas do programa formativo do Grãos está a “Aula-Espectáculo”, criação coletiva, densa, que combina conteúdo e expressão artística com participação de estudantes, mestres griôs, famílias e

3 A TiVi Griô é uma prática de produção de materiais audiovisuais voltados a partilhar o conhecimento da Pedagogia Griô. Mais informações em: <https://graosdeluzegrio.org.br/tivi-grio-2/> <https://graosdeluzegrio.org.br/tivi-grio-2/>

comunidade. A Tivi Griô, por sua vez, fortalece o audiovisual como linguagem de memória, registro e identidade. Independente da frente artística, mestres e mestras griôs são referências centrais, e a arte aparece como ferramenta política, crítica e transformadora.

Na Tivi Griô, fazemos produção audiovisual, e a gente trabalha muito com produções documentais. [...] Quando a gente chega pra gravar ou produzir, a gente chega, faz o encantamento, que é uma das etapas da Pedagogia Griô, faz essa reverência, pede a bênção, pede a licença, faz todo esse processo de cuidado e conexão, aprendendo muito com essas mestras, esses mestres, e pensando que essas produções são para que realmente as histórias não se percam e pra que a gente possa valorizar essa memória, fortalecer a memória coletiva, a identidade coletiva das comunidades locais.

Entrevista com Coordenação Pedagógica

O processo de aprendizagem se dá pela troca de saberes, não só com mestres e mestras, mas entre os próprios jovens. O compartilhamento de conhecimentos é uma estratégia para capilarizar saberes e, também, empoderar os jovens para se tornarem representantes da própria organização, num caminho de formação profissional.

A gente tem um pouco isso também, de a gente ir se formando e depois se sentir um pouco responsável por estar transmitindo, por sair daquele lugar muitas vezes de agradecimento de ter participado daquilo e enfim, ter prazer mesmo em transmitir isso pra as próximas gerações.

Roda de conversa com jovens

Contexto local

O contexto local de Lençóis é marcado por um histórico relevante de articulação entre educação e cultura. A própria atuação do Grãos de Luz e Griô produziu experiências intersetoriais importantes, impulsionadas por iniciativas como a Caminhada Pedagógica⁴, bem como pelas parcerias com o poder público e movimentos sociais, com participação na formulação de políticas

⁴ A Caminhada Pedagógica é uma proposta de formação para os professores do município e cidades vizinhas que consiste em uma caminhada e vivência dentro das comunidades e escolas, apresentando as possibilidades de integração entre o currículo formal com os saberes e fazeres da tradição oral.

públicas municipais voltadas à infância, juventude, identidade racial e valorização cultural.

Nesse cenário, a Pedagogia Griô e experiências desenvolvidas por escolas como a Escola Municipal Maria Isabel Silveira, visitada durante a pesquisa, se destacam como estratégias de inovação e promoção da inserção da arte, da cultura e dos saberes ancestrais no cotidiano escolar.

Governança e intersectorialidade

Ao longo de três décadas o Grãos passou por fases distintas de captação e estabilidade financeira, em função de contextos políticos e econômicos. Hoje, sua renda se baseia majoritariamente em recursos públicos vinculados a editais de fomento de cultura e educação, ainda que não seja através de parceria formal com secretarias de Educação ou Cultura locais, ou dos Ministérios de Educação e de Cultura.

A governança do Grãos de Luz e Griô é caracterizada por um modelo comunitário, participativo e profundamente intersectorial, que articula educação, cultura, juventudes e comunidades tradicionais a partir de forte enraizamento territorial em Lençóis e na Chapada Diamantina, de forma geral, além de ampla incidência política.

No organograma da iniciativa, a presidência é ocupada por Michele Nascimento e a coordenação pedagógica e de projetos é de responsabilidade de Lillian Pacheco, embora as pessoas transitem por diferentes funções e posições, conforme o contexto e as necessidades, demonstrando que a hierarquia é flexível e responsiva. As decisões passam por processos de escuta que incluem mestres e mestras griôs, educadores, jovens e membros da comunidade em geral, que influenciam diretamente na definição de prioridades. A atuação da organização integra planejamento, execução e avaliação de forma coletiva e distribuída, com corresponsabilização, e se sustenta em parcerias com o poder público, universidades e redes culturais, ainda que marcadas por oscilações conforme os contextos políticos.

A Pedagogia Griô constitui o eixo estruturante dessa governança, ao fundir práticas educativas e culturais e orientar tanto a ação local quanto a incidência nacional em políticas, legislações e programas públicos, consolidando a iniciativa como referência de atuação intersectorial no campo da educação e da cultura.

Fundada na Pedagogia Griô, a atuação do Grãos é por essência intersectorial – não separa as práticas educativas das práticas culturais, mas as reconhece

como dimensões indissociáveis da vida comunitária. Para além de realizar projetos, o Grãos de Luz e Griô atua diretamente na construção e revisão de políticas públicas e legislativas, como a luta pela Lei Aldir Blanc e a participação na escrita do Programa Cultura Viva.

A relação com o poder público é marcada por avanços e adaptações conforme o contexto, variando em proximidade e intensidade. Houve períodos de forte articulação com secretarias municipais e estaduais, que permitiram ampliar formações, desenvolver políticas e fortalecer relações intersetoriais. Em outros momentos, mudanças políticas interromperam fluxos de trabalho, reduzindo investimentos ou alterando prioridades.

As relações firmadas com a rede municipal de educação não são necessariamente formalizadas, havendo várias possibilidades de vinculação com as escolas. Em Lençóis, essa relação teve início com contratos firmados com a Prefeitura, mas evoluiu para um tipo de cooperação espontânea, sustentada pelos próprios educadores formados na Pedagogia Griô.

Integração curricular

As atividades artístico-culturais inspiradas na Pedagogia Griô desenvolvidas em escolas ocorrem de forma orgânica, integradas às rotinas e práticas educativas, sem carga horária fixa ou obrigatória. Elas variam conforme os projetos e necessidades de cada instituição. Ao longo do tempo, a relação do Grãos de Luz e Griô com as escolas se consolidou de modo profundo, a ponto de criar uma espécie de parceria permanente sustentada por educadores formados na Pedagogia Griô, que agora prescinde de acordos formais.

Por meio de “processos de encantamento”⁵ e de formação docente, a iniciativa contribui para revisões curriculares e para a articulação entre atividades artísticas e disciplinas tradicionais, como observado na Escola Municipal Maria Isabel Silveira, onde a arte passou a estruturar sentidos para o aprender.

A Pedagogia Griô se consolida como referência metodológica que conecta currículo, identidade e território, fortalecendo vínculos com a escola, ampliando o engajamento dos estudantes e afirmando a cultura local como dimensão constitutiva da aprendizagem e da formação integral. Da perspectiva da

⁵ O Grãos de Luz e Griô nomeia como “processos de encantamento” práticas que buscam propiciar um contato espontâneo, afetivo e lúdico entre os diversos atores envolvidos e a Pedagogia Griô para, a partir disso, serem semeados acordos de cooperação. O “encantamento” envolve vivências como cheganças, cortejos e ocupações culturais que funcionam como rituais pedagógicos e políticos.

escola, educadoras participantes da pesquisa afirmam que a Pedagogia Griô se incorporou de tal forma ao cotidiano que já faz parte do corpo pedagógico das escolas, permanecendo mesmo com mudanças institucionais.

Território e campo cultural

Considerando a atuação regional e nacional, a Chapada Diamantina é o território de origem e principal espaço de atuação do Grãos, especificamente em Lençóis e municípios vizinhos, incluindo comunidades rurais, quilombolas, indígenas e de periferia. Com pouco mais de 11 mil habitantes, Lençóis é uma antiga cidade de extração de diamantes no Oeste da Bahia, contornada pelo vasto Parque Nacional da Chapada Diamantina. Antes marcada pela mineração, a cidade hoje se desenvolve especialmente na relação com o turismo ecológico e cultural.

A relação da organização com o território é fundante e orienta suas práticas educativas, culturais e políticas, nascidas de uma mobilização comunitária no contexto da crise socioeconômica derivada do fim do garimpo a partir do avanço de políticas de proteção ambiental na região.

A equipe da iniciativa define prioridades a partir das demandas da população local, mantém forte enraizamento comunitário e reconhece mestras e mestres griôs como referências centrais do conhecimento, articulando escolas, comunidades quilombolas, terreiros, grupos culturais e agricultores.



◀ Performance de integrante do Grãos de Luz e Griô durante ensaio para a Aula-Espetáculo

A partir do território da Chapada Diamantina, constrói redes de atuação que se expandem para os campos estadual, nacional e internacional, com parcerias institucionais com universidades e órgãos públicos, difundindo a Pedagogia Griô em políticas, currículos e práticas formativas. Um exemplo desta atuação são as mobilizações em torno da aprovação da Lei Griô, um projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional (PL nº 1.786/2011) voltado a valorizar os saberes e fazeres de tradição oral, que propõe instituir uma Política Nacional Griô para proteger mestres e suas histórias, integrando-os à educação formal.

Sua atuação no campo cultural combina produção simbólica, circulação de saberes tradicionais e incidência política, conectando proteção e promoção de direitos, fortalecimento identitário e transformação dos espaços institucionais a partir das culturas do território. Segundo suas gestoras, o Grãos de Luz e Griô trabalha atualmente com cerca de 60 mestres, educadores e jovens (capoeiras, terreiros, produtores orgânicos, agricultores, mamulengueiros, entre vários outros grupos), que recebem bolsas através de projetos regionais, para trabalhar com a Pedagogia Griô nas escolas, nas suas comunidades e nos seus grupos culturais.

Proposta pedagógica

A proposta pedagógica se baseia na Pedagogia Griô, integrando tradição oral, ancestralidade, culturas populares e múltiplas linguagens artísticas em um projeto político-pedagógico coletivo, dialógico e situado.

Referências como Paulo Freire, educação para as relações étnico-raciais e educação biocêntrica⁶ orientam uma abordagem antirracista, decolonial e voltada a direitos humanos, na qual educadores, estudantes, mestres griôs, famílias e comunidades participam ativamente da construção dos percursos de aprendizagem.

Os conteúdos articulam saberes locais e acadêmicos, valorizando narrativas, experiências e repertórios culturais, enquanto a autonomia docente permite que histórias de vida, contextos comunitários e linguagens artísticas – teatro, dança, música e audiovisual – guiem práticas educativas.

⁶ Biocêntrica refere-se a uma visão de mundo ou filosofia que coloca a vida (o “bios”) como o centro, valorizando todos os seres vivos por seu valor intrínseco, e não apenas os humanos, expandindo a moralidade para além da senciência. Essa perspectiva se manifesta na Ética Biocêntrica, que defende que toda forma de vida merece respeito e consideração moral, e na Educação Biocêntrica, uma abordagem pedagógica que foca na conexão afetiva com a vida, a criatividade e a integração com o universo, promovendo o cuidado e a sustentabilidade.

A instituição também considera os diferentes ritmos de aprendizagem e aspectos emocionais e cognitivos dos estudantes, utilizando sua sede como espaço pedagógico, cultural e simbólico, equipado com recursos materiais e tecnológicos que potencializam a criação, a expressão e o fortalecimento da identidade cultural.

Nas ações desenvolvidas pela iniciativa, os conteúdos são trabalhados a partir de experiências, histórias e repertórios culturais das pessoas envolvidas, permitindo articulações entre saberes locais e referenciais mais amplos. Essa abordagem favorece a valorização das culturas locais como fonte legítima de elaboração de conhecimento e extrapola dicotomias entre saberes populares *versus* acadêmicos.

A autonomia docente constitui outro elemento importante do Grãos de Luz e Griô. Educadores utilizam suas histórias de vida, repertórios pessoais, a realidade de estudantes e vínculos comunitários como matéria-prima para construir práticas e relacionar cultura, ancestralidade e educação. Os estudantes fazem parte da construção dos percursos de aprendizagem, participando de escolhas temáticas e definindo caminhos metodológicos junto aos educadores. Os conteúdos são organizados a partir de temas geradores relacionados ao contexto e às situações vividas pelas pessoas e comunidades.

As linguagens audiovisuais e digitais têm papel importante na construção pedagógica, funcionando como ferramenta crítica e meio de produção de narrativas próprias.

Interação cotidiana

As interações cotidianas refletem os princípios éticos, políticos e pedagógicos da iniciativa, baseados em respeito, acolhimento e reconhecimento mútuo, integrando identidade, ancestralidade, diversidade racial, de gênero e territorial.

O espaço promove convivência intergeracional e pertencimento comunitário, permitindo que jovens, educadores e famílias se sintam legitimados e seguros para integrar as atividades.

O enfrentamento estruturado de preconceitos e discriminações, aliado à valorização estética e cultural da negritude e da diversidade de gênero, fortalece a autoestima e a construção identitária dos participantes, que se tornam agentes de transformação social e líderes comunitários. Essa abordagem se manifesta em todas as atividades, rodas, oficinas e práticas escolares, consolidando vínculos horizontais e experiências de aprendizagem que conectam arte, cultura, educação e vida comunitária de forma integrada e emancipatória.

Desenho de planejamento, monitoramento e avaliação

O planejamento, monitoramento e avaliação são construídos de forma coletiva e comunitária, em um processo contínuo de reflexão, revisão e aprendizagem institucional. A partir de sua missão, a iniciativa define linhas de ação, projetos e indicadores que são revisitados anualmente, articulando ferramentas formais – como Marco Lógico, adaptados à sua realidade – e metodologias próprias, inspiradas na educação popular e na Pedagogia Freiriana.

O acompanhamento dos resultados valoriza dimensões pedagógicas, culturais, simbólicas e comunitárias e se realiza por meio de um sistema interno, participativo e dialógico, com avaliações em roda e práticas de autoavaliação individual e coletiva, voltadas ao fortalecimento dos processos.

▼ Jovens em uma das salas de atividades do Grãos de Luz e Griô



Considerações finais

O panorama descrito anteriormente evidencia que, ao longo dos seus 30 anos de atuação, o Grãos de Luz e Griô consolidou uma atuação profundamente enraizada no território, combinando vínculos históricos com comunidades, escolas e mestres a um processo contínuo de renovação política e pedagógica. O protagonismo juvenil e a formação integral, que abrange dimensões racial, cultural, artística, social, de gênero e territorial, reforçam uma prática educativa crítica, dialógica e intergeracional, com impacto muito significativo não só para a educação e para os jovens de Lençóis, mas para a educação e cultura do Brasil, pela atuação crucial na elaboração e difusão da Pedagogia Griô e valorização dos mestres de cultura popular.

A iniciativa articula saberes, fortalece identidades, estimula projetos de vida e mantém incidência relevante na construção de políticas públicas, tanto na educação quanto na cultura. Sua atuação com escolas, organizações culturais e territórios, aliada à capacidade de comunicar resultados e gerar oportunidades artísticas e econômicas, demonstra impacto consistente e reconhecimento amplo no campo cultural e educacional.

Sua forma de gestão, em que as pessoas ocupam diferentes posições, transitando hierarquicamente, dividindo responsabilidades e compartilhando a autoridade, também aparece como um formato interessante e que coloca em prática princípios preconizados pela própria iniciativa.



Escola Viva Olho do Tempo

📍 João Pessoa (PB)

“E também na arquitetura da escola, né? Porque a gente tem espaços também que foram criados e desenvolvidos justamente para potencializar nossos momentos. A gente tem um lugar aqui chamado Cantinho da Memória, que é um lugar de contação de histórias, e as crianças se reúnem em círculo, com várias árvores ao redor. E é justamente para ter esses espaços de potencialidade a partir da oralidade.”

Entrevista com Coordenação Pedagógica



Perfil e características gerais

Organização Social fundada em 2004 nos limites entre espaço rural e urbano de João Pessoa, na Paraíba, atua de forma intersetorial nas áreas de educação, cultura, meio ambiente, memória, assistência social e participação social. O público alcançado diretamente é formado por crianças e adolescentes, com idade entre 6 e 17 anos, incluindo estudantes do Ensino Fundamental e Médio. Já o perfil da gestão da escola é majoritariamente feminino, com mulheres negras em posições de liderança.

◀ Na página anterior:

Vivência em educação ambiental com integrantes da Escola Viva Olho do Tempo

A Escola Viva Olho do Tempo (EVOT) é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), de atuação intersetorial, que articula ações de educação, cultura (com ramificações como leitura, contação de histórias, música, dança), educação patrimonial, meio ambiente, assistência social e incidência política. Ativa há 21 anos, a escola exerce suas atividades desde 2004 no Vale do Rio Gramame, atuando "a partir de projetos e ações que buscam a religação dos moradores aos seus valores culturais, pautados em seu tradicional modo de viver, e no contato permanente com a natureza", segundo a página oficial da iniciativa⁷.

A missão declarada da Escola é de "contribuir para uma sociedade democrática, com igualdade social, construindo possibilidades para um ser humano transformador, fomentando os sonhos e buscando uma melhor qualidade de vida para a criança, o adolescente, familiares e comunidades do Vale do Gramame, em João Pessoa, na Paraíba, por meio de ações compartilhadas de cultura, meio ambiente e tecnologia digital"⁸. Na entrevista com a gestão, essa missão foi reforçada e ampliada:

Olha, a missão principal dessa escola é ensinar a todos nós, humanos, a pensar. E para ensinar a pensar, a gente precisa aprender a andar, botar os pés no chão. É em torno disso que a nossa vida caminha. Eu penso, eu sou, eu sou humano, e sou responsável por mim e pelas pessoas que estão ao meu entorno. É permeando por esse caminho que a gente está aqui até hoje.

Entrevista gestão

⁷ Disponível em: <https://www.olhodotempo.org.br/sobre/>

⁸ Fonte: <https://www.olhodotempo.org.br/sobre/>

Fundamentada na Pedagogia Griô e na Educação Popular e Holística, a Olho do Tempo oferece atividades e encontros formativos em dança, informática, educação ambiental, capoeira, educação patrimonial, letramento, contação de história, circo, música, artes integradas, oficina das emoções, entre outros. Contudo, as aulas de percussão possuem centralidade, contribuindo para o universo de encantamento sonoro e visual que envolve a Escola Viva. As atividades da EVOT ocorrem de segunda à sexta, tanto pela manhã quanto à tarde, e as turmas são formadas por crianças de idades aproximadas. A rotina da iniciativa inclui oficinas diárias, organizadas por turmas e realizadas no contraturno escolar.

A iniciativa é reconhecida como Ponto de Memória pelo Instituto Brasileiro de Museus desde 2022⁹ e é certificada como Ponto de Cultura desde 2013, participando da Rede Nacional de Pontos de Cultura. Além disso, é membro do Comitê Construtivo dos Pontos de Memória (Ibram) e do Comitê Gestor da Rede Nacional de Pontos de Cultura e Memória Rurais. Participa ativamente de diversos conselhos e comitês das áreas ambiental e social, como o Comitê de Bacias Litoral Sul, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos e o Conselho Nacional da Criança e do Adolescente.

A Escola Viva Olho do Tempo alcança um público direto de crianças e adolescentes, com idade entre 6 e 17 anos, incluindo estudantes do Ensino Fundamental e Médio. Diariamente, são atendidas cerca de 150 crianças e adolescentes, divididas entre os turnos da manhã e da tarde, entre elas crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Indiretamente, jovens e adultos também são público da instituição, através das ações do Programa Ecoeducação, especialmente aqueles oriundos das comunidades locais. Além dos educandos, familiares e comunidade são envolvidos através de encontros mensais, visitas domiciliares da assistente social e participação nas rodas de diálogo. A Escola Viva recebe também estudantes e professores de universidades que interagem, vivenciam e desenvolvem projetos de extensão, especialmente na área ambiental.

⁹ Regulamentado pela Portaria do Instituto Brasileiro de Museus - Ibram nº 579/2021, o programa Pontos de Memória, de acordo com a normativa, “tem como objetivo promover ações de reconhecimento e valorização da memória social, de modo que os processos museais protagonizados e desenvolvidos por coletivos culturais e entidades culturais, em seus diversos formatos e tipologias, sejam reconhecidos e valorizados como parte integrante e indispensável da memória social brasileira”. O reconhecimento é realizado pelo próprio Ibram e habilita as entidades a receberem recursos e participar das ações do Programa Pontos de Memória.

A equipe da Escola Viva é diversa, formada em sua maioria por mulheres e pessoas negras, de diferentes idades e incluindo pessoas com deficiência. Engloba profissionais em sua maioria com nível superior, das áreas de assistência social, educação, meio ambiente, dança, música, terapia holística, artesanato, oralidade, tradição oral, literatura, artes visuais, fotografia, audiovisual, cultura digital e finanças. A escola também conta com uma assessoria pedagógica externa.

Entre as principais referências identificadas, destaca-se a Mestra Doci (Maria dos Anjos Mendes Gomes), idealizadora e construtora do projeto da escola, que atua como presidente formal da instituição. Embora ocupe esse cargo, enfatiza que o poder é dividido e que sua experiência, representada por seus 73 anos, tem mais peso do que a posição hierárquica.

A presença feminina e de mulheres negras em posições de liderança e referência é marcante. Há um histórico significativo de ex-alunos que se tornaram educadores e membros da coordenação, demonstrando um ciclo de formação, pertencimento e permanência. Filhos de membros da equipe cresceram na escola e alguns já estão na universidade, ou estão em processo de crescimento dentro da própria iniciativa.

▼ Atividade com educandos dentro do espaço da Escola Viva Olho do Tempo



Os filhos de Ivanildo (educador) mesmo foram criados aqui dentro da escola, chegaram pequeninhos. Hoje eles já estão cursando universidade. Os filhos de Raquel (gestora) nasceram tudo aqui. Eu fui parteira e tudo. Os filhos de Penhinha estão se criando aqui. Os filhos de Flavinha (educadora) estão se criando aqui. Então, os pichototinhos que estão mamando vêm para cá também. Tem a creche da creche. Então, essa é uma família, na verdade. Construímos juntos, todos nós, desde o início. E é uma coisa muito linda, porque as pessoas que aqui chegaram no início estão conosco até hoje.

Entrevista gestão

A Escola Viva adota uma diversidade de formas de contratação e conta com o apoio de voluntários para compor sua equipe de trabalho. A instituição emprega dois tipos principais de contrato: CLT e prestação de serviços (geralmente na modalidade MEI). Além dos contratos formais, a escola conta com parceiros como psicopedagogos, nutricionistas e psicólogos, que oferecem orientações e formações continuadas aos educadores.

Contexto local

A Escola Viva Olho do Tempo está localizada no Vale do Gramame, na capital paraibana, um território composto por nove comunidades, que incluem comunidades tradicionais e periféricas, com características urbanas e rurais. As comunidades atendidas são Gramame e Engenho Velho (comunidades rurais), Capadócia, Gervásio Maia, Colinas I e II, Portal da Colina, Marinês e Irmã Dulce (comunidades urbanas) e Mituaçu (comunidade quilombola).

A abrangência da iniciativa é local e municipal, mas conta com articulações regionais e reconhecimento em nível nacional. No estado, a Escola participa da Rede de Educadores e Museus da Paraíba e do Fórum Estadual de Cultura Popular, Fórum de Cirano e Mazurka da Paraíba.

Segundo suas gestoras, a Olho do Tempo tem como prioridade a contratação de profissionais que residem ou têm origem no Vale do Gramame, o que resulta em uma equipe majoritariamente local, com forte conexão com o território, caso de todas as pessoas que compõem o núcleo fixo da Escola.

Governança e intersetorialidade

A governança da Escola Viva Olho do Tempo é realizada de forma coletiva, orgânica e compartilhada. A gestão é permeada por relações afetivas,

fortalecendo a continuidade das ações e a participação de todos. A relação entre integrantes da gestão é baseada em laços de confiança e correspondência e perduram relações familiares, sendo elas consanguíneas ou simbólicas. De forma geral, percebe-se que a Escola Viva se estrutura de maneira fluida, fundada não em uma estrutura vertical ou burocrática, mas em um processo coletivo, que tem na roda seu símbolo e forma.

A iniciativa conta com diversas fontes de financiamento, privadas e públicas, que garantem tanto a execução das atividades quanto a sua sustentabilidade. A EVOT possui profissionais com formação em diferentes áreas, como assistência social, educação, meio ambiente, dança, música, artesanato, literatura, artes visuais, audiovisual, cultura digital e finanças. A escola também conta com uma assessoria pedagógica externa.

A Secretaria de Cultura e o Ministério da Cultura aparecem como parceiros importantes na trajetória e reconhecimento da EVOT. A escola é identificada como um Ponto de Cultura, integrando as políticas públicas culturais, sobretudo através do programa Cultura Viva. Essa vinculação permitiu à Escola Viva Olho do Tempo participar de uma rede nacional de iniciativas culturais, favorecendo trocas, parcerias e o fortalecimento institucional de ações que articulam cultura e educação.

Integração curricular

O contato da Escola Viva Olho do Tempo com as escolas públicas do município contribuiu para ampliar o olhar dessas instituições em relação à arte e à cultura, especialmente no que diz respeito à valorização do território, dos saberes locais e cultura popular.

A EVOT recebe, como devolutiva de escolas do entorno, relatos indicando que estudantes frequentadores do projeto aumentam seu engajamento na escola de origem, ampliando a participação e as experiências sensoriais e cognitivas. As escolas do território, em diálogo e inspiradas pela EVOT, também passaram a valorizar o contexto cultural e artístico local.

Um exemplo significativo ocorreu na escola quilombola de Mituaçu, onde, a partir de uma imersão no Projeto Político-Pedagógico, foram desenvolvidas ações voltadas para as relações étnico-raciais por meio de atividades como brincadeiras de quadrilha junina, artesanato, contação de histórias e vivências com mestres locais, fortalecendo a presença da cultura no cotidiano escolar.

A Escola Viva tem promovido um diálogo contínuo e importante entre os saberes escolares e os saberes da comunidade, ampliando o alcance formativo

do currículo e inserindo conhecimentos transmitidos pela tradição oral. Esse trabalho envolve mestres e mestras da cultura popular, cirandeiros, poetas, brincantes, mestres de quadrilha, e se estende para além das disciplinas formais de arte, envolvendo coordenações pedagógicas e propondo trocas constantes entre escola e comunidade.

Outro ponto fundamental é que a iniciativa realiza um monitoramento contínuo do desenvolvimento das crianças, atuando, dessa forma, tanto no desempenho escolar quanto na frequência e participação em sala de aula. Esse trabalho é articulado com as famílias por meio de encontros mensais, que permitem um diálogo constante sobre a trajetória escolar das crianças e intervir em casos de faltas ou dificuldades de aprendizado. O processo também está integrado às políticas de garantia de direitos das crianças e ao apoio da assistência social, fortalecendo o cuidado global com os alunos. A equipe mantém contato direto com a coordenação pedagógica das escolas frequentadas pelas crianças, acessando informações detalhadas sobre notas, desempenho, participação e frequência. Ainda desempenha um papel no suporte e fortalecimento nas trajetórias escolares, oferecendo apoio às crianças encaminhadas pelas próprias escolas públicas do entorno, devido a dificuldades de aprendizagem ou de relacionamento.

Território e campo cultural

A valorização da cultura local e a presença de mestres da cultura popular é um dos princípios estruturantes da Escola, marcada pela sua relação orgânica com o território. Visitas e ações externas ao ambiente da escola são frequentes na rotina dos educandos. No campo das articulações culturais, a Escola mantém relações intrínsecas com agentes e ações do território.

As festas de São João e a Mostra Cultural anual são momentos de grande integração local, mobilizando mestres, educadores e estudantes. Além disso, a Olho do Tempo tem um amplo rol de parcerias com universidades, conselhos e fóruns, destacando seu potencial de participação e incidência política.

O contato direto proporcionado pela EVOT com mestres e mestras, muitos deles parentes ou vizinhos, transforma a percepção das crianças sobre suas próprias referências culturais e sobre a região onde moram.

10 Ecoeducação (ou ecopedagogia) é uma abordagem educativa centrada na sustentabilidade, consciência ecológica e na relação harmônica entre seres humanos e natureza.



Proposta pedagógica

A Escola Viva Olho do Tempo trabalha a partir de uma pedagogia centrada no reconhecimento dos educandos, de suas trajetórias e suas potencialidades. Tendo a afetividade como eixo, sua proposta pedagógica considera os diferentes ritmos, realidades e interesses das crianças e jovens, atuando para o alargamento de seus horizontes e a construção de seus projetos de vida.

A proposta pedagógica é definida pela coordenação pedagógica da escola como Ecoeducação¹⁰, mas incorpora também outras características como memória, cultura e tecnologia. A Pedagogia Griô, a educação popular e a educação holística são referências fundamentais.

Na EVOT há uma integração orgânica entre arte, cultura e saberes formais. As rodas de diálogo são um eixo estruturante da gestão e da participação. A roda é uma ferramenta pedagógica central, mobilizada com grande frequência para planejar atividades, resolver conflitos e tomar decisões.

A iniciativa também vai além da promoção da cultura, englobando agendas de caráter social, político e ambiental. Estabelece ainda uma relação estreita e orgânica com o meio ambiente, integrando a educação ambiental de forma

▲ Trilha para o Rio Gramame com Mestre Marcos

transversal às suas práticas pedagógicas. Essa integração permeia o cotidiano, articulando-se a atividades culturais, tradição oral e saberes comunitários.

Os educadores possuem autonomia, liberdade e apoio para realização de suas práticas pedagógicas e os estudantes participam ativamente da construção de seu percurso de aprendizagem, podendo escolher linguagens artísticas (música, artes cênicas, audiovisual, fotografia digital, entre outras), temas e formas de expressão.

A música, através dos tambores, tem um lugar de destaque nas ações da iniciativa, sendo as mais procuradas pelos participantes da Escola Viva. Há um encantamento na percussão, que, segundo os participantes da pesquisa, é o coração da EVOT.

Interação cotidiana

A Escola Viva Olho do Tempo se apresenta como um ambiente percebido como seguro e acolhedor pelos participantes – estudantes, educadores, gestores e familiares. Essa percepção decorre tanto da configuração física do espaço, com muitas plantas e vegetação, salas arejadas, áreas de convivência abertas, trilhas na mata e presença constante da natureza, quanto da dinâmica relacional que permeia o cotidiano da escola.

A convivência cotidiana é marcada por atenção, cuidado mútuo e por relações horizontais entre educadores, estudantes, gestores e familiares. A roda de diálogo é a principal ferramenta prática acionada para a resolução de conflitos no ambiente da Escola Viva, somada aos Combinados de Convivência, que pactuam regras de convívio e respeito entre todas as pessoas que compõem a iniciativa.

De acordo com integrantes da Escola Viva, muitas vezes as pessoas do entorno têm uma visão equivocada que reforça estigmas e revela o racismo religioso, provocando situações de discriminação. A organização busca combater tais percepções e preconceitos, promovendo o diálogo e a conscientização sem abrir mão de seus princípios, que visam valorizar a cultura popular e a diversidade cultural, com forte ligação com a cultura afro-brasileira, representada através da centralidade do tambor e da percussão.

Desenho de planejamento, monitoramento e avaliação

A Escola Viva Olho do Tempo conta com um processo estruturado de planejamento estratégico, com objetivos e metas claramente definidos, que são revisados e ajustados de forma contínua conforme as mudanças de contexto e as necessidades que emergem ao longo do percurso e de cada projeto em execução.

Tal processo, coletivo e participativo, é realizado na roda de gestão compartilhada. Destaca-se que os processos de avaliação e planejamento foram sendo aprimorados ao longo do tempo por exigência de diferentes financiadores.

Além disso, a iniciativa realiza um monitoramento contínuo do desenvolvimento integral das crianças, atuando, dessa forma, tanto em aspectos relacionados ao desempenho escolar quanto à frequência e participação em sala de aula.

▼ Participantes da Escola Viva Olho do Tempo durante atividade externa



Considerações finais

A experiência da Escola Viva Olho do Tempo evidencia um modelo educativo que se afirma como um processo vivo, enraizado no território e nas relações que nele se constroem. Seus aprendizados revelam uma pedagogia comprometida com a formação integral, na qual a construção de projetos de vida se torna eixo central do percurso dos estudantes, articulando afetividade, autonomia, pertencimento e autoria. Essa intencionalidade educativa só se sustenta porque está ancorada em uma metodologia horizontal e participativa – tanto no campo pedagógico quanto na gestão – que reconhece cada sujeito como partícipe e corresponsável pela construção das práticas coletivas e do seu próprio percurso de aprendizagem.

Nesse contexto, a presença dos mestres e mestras de cultura assume papel fundamental, pois amplia o repertório formativo ao integrar saberes tradicionais e experiências comunitárias, reforçando a legitimidade do território como espaço educativo. Ao valorizar a cultura local, a Escola Viva Olho do Tempo reafirma uma relação orgânica com seu ambiente, compreendendo o território não apenas como cenário, mas como agente pedagógico que orienta vivências, conteúdos e modos de aprender.

A sonoridade e o movimento juntos configuram a pedagogia sensível da Escola Viva Olho do Tempo: o som não é apenas música, nem o percurso apenas caminho. Eles se combinam para criar um ambiente de escuta, afeto, liberdade e cuidado coletivo, em que o aprender não está confinado a um espaço ou a uma disciplina, mas circula entre todos, entre seres humanos, natureza e cultura. Cada canto, cada trilha, cada nota musical é um convite à experiência integral: corpo, memória, território e saber se entrelaçam, e a escola se torna assim não só um lugar de aprendizado, mas de vida compartilhada. O próprio compartilhamento da vida, mesclado ao fazer cotidiano, pode ser compreendido como uma metodologia viva, que orienta e é constitutiva do modo de experienciar o processo de ensino e aprendizagem proposto e realizado.

A Escola Viva, além de sua atuação no campo da cultura, da arte, do meio ambiente e da educação, desenvolve um importante trabalho de incidência política, participando de conselhos e contribuindo de forma qualificada para o debate e a construção de políticas públicas. Por um lado, sua intervenção é marcada pela valorização dos saberes locais, na atuação situada no território do Vale do Gramame, por outro mantém a atenção constante às questões macro e estruturais, fortalecendo a participação social. Dessa forma, amplia as potências do território, se relacionando e contribuindo também com as discussões e elaboração de políticas públicas. Ao mesmo tempo, pensando



na ampliação das políticas públicas de arte, cultura e educação, nota-se um grande potencial em aproximar a iniciativa do poder público de modo formal e institucionalizado, sobretudo na oferta da educação integral em tempo integral. A equipe da iniciativa, pensando o desenvolvimento integral, realiza esse acompanhamento e faz essa interlocução, todavia isso pode ser ampliado, institucionalizado e instituído como modelo de atuação do poder público com a sociedade civil na garantia do direito ao desenvolvimento integral e integrado das crianças, adolescentes e jovens brasileiros.

Por fim, essa articulação entre pessoas, natureza, cultura e aprendizagem expressa uma perspectiva ecológica que perpassa todas as dimensões da escola. A Ecologia aqui não se reduz ao cuidado ambiental, mas se manifesta como cultura e princípio de interdependência, circularidade e respeito às diversas formas de vida e conhecimento. Assim, os aprendizados construídos na Escola Viva Olho do Tempo apontam para um modelo educativo que se sustenta na coletividade, na colaboração, na responsabilidade compartilhada e na potência transformadora do encontro entre escola, comunidade e território.

▲ Atividades com tambores no Cantinho da Memória

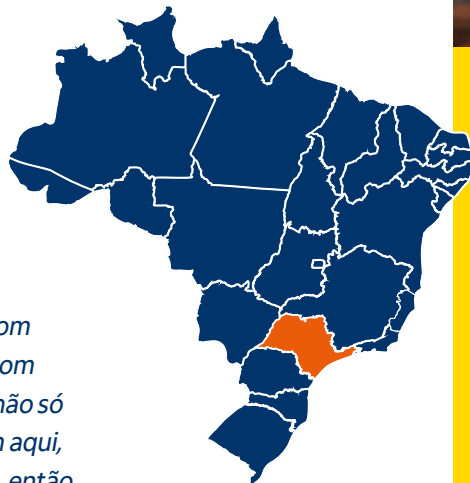


Programa de Iniciação Artística (PIÁ)

📍 São Paulo (SP)

“A gente tem, ao longo desses anos, um grupo muito bom de famílias que assume o PIÁ como algo do território, com artistas educadores que pensam o território também, não só a biblioteca, então geralmente são pessoas que moram aqui, né, que frequentam a biblioteca, além de atuarem aqui, então elas desejam estar nesse lugar (...)”

Relato da Roda de Conversa com Artistas Educadores



◀ Na página anterior:

Atividade na Biblioteca Pública
Hans Christian Andersen

Perfil e características gerais

O Programa é uma política pública municipal de São Paulo, ativa desde 2008, voltada à promoção da iniciação artística de crianças e adolescentes de 6 a 13 anos, por meio de atividades semanais em diversos equipamentos culturais e educativos da cidade. Coordenado pela Secretaria Municipal de Cultura, em parceria com a Secretaria de Educação, a iniciativa atua com artistas educadores em múltiplas linguagens artísticas, incentivando ludicidade, experimentação, diversidade cultural e pertencimento, além de promover articulação territorial, formação docente e grupos de troca. Embora não regulado por lei municipal, o PIÁ se ampara em portaria municipal intersecretarial e legislações federais voltadas à infância e à valorização de culturas afro-brasileiras, indígenas e africanas. As ações do Programa são organizadas por meio de editais anuais que contratam artistas educadores e articuladores, mantendo uma equipe técnica da SMC para coordenação e gestão administrativa, garantindo continuidade, qualidade pedagógica e articulação com territórios e comunidades locais.

O Programa de Iniciação Artística (PIÁ) é uma política pública de âmbito municipal, com atuação preponderante no campo da cultura, desenvolvida a partir da parceria entre a Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa (SMC) e a Secretaria Municipal de Educação (SME) da cidade de São Paulo. A Secretaria Municipal de Cultura é o órgão responsável pela implementação e gestão do Programa, enquanto a Secretaria Municipal de Educação atua como parceira, co-financiando as ações e disponibilizando espaços para a realização dos encontros.

Ativo desde 2008, o Programa oferece atividades semanais com grupos de crianças e adolescentes em 70 equipamentos públicos¹¹ de diferentes regiões da cidade, como bibliotecas, casas de cultura, centros culturais, teatros e Centros Educacionais Unificados (CEUs). Além dos equipamentos nos quais

¹¹ Números da edição 2025.



acontecem os encontros do Programa, o PIÁ estabelece parcerias que incluem a utilização de outros espaços, como associações de bairro e Centros para Crianças e Adolescentes. Os encontros do Programa são ministrados por duplas de artistas educadoras orientadoras que têm atuação e experiência em diferentes linguagens artísticas, como artes visuais, audiovisual, circo, dança, literatura, música e teatro.

As inscrições para as crianças e adolescentes participarem do Programa acontecem em toda a cidade, a partir do início de cada edição, ficando abertas até atingir o número máximo de 20 inscritos por turma. Elas são realizadas presencialmente nos equipamentos da SMC ou da SME onde ocorrem os encontros. As famílias devem comparecer ao local das atividades para efetivar a inscrição da criança interessada.

O Programa tem como missão promover a iniciação artística de crianças e adolescentes por meio da vivência em processos artístico-pedagógicos, orientando-se pelos princípios da ludicidade, da experimentação, do processo criativo, das temporalidades, da interlinguagem e do pertencimento.

Existem os nossos eixos suleadores, que a gente chama, que são os princípios do Programa, (...) que é a ludicidade, o processo criativo, a interlinguagem, a experimentação, as temporalidades e o pertencimento. Aí, a partir desses princípios, a gente faz encontros, e não aulas, e não oficinas, de até duas horas de duração, onde acontecem essas orientações artísticas no território, sempre pautadas pela brincadeira, pelo lúdico. (...) Então, o artista da dança, junto com o artista do teatro, tem um momento em que eles trocam, eles conversam e combinam o que vai ser abordado no encontro, mas a partir do dia mesmo, das crianças, do tempo, do humor das crianças daquele dia, pode ser que aquilo se modifique. Mas sempre, em geral, há uma passagem pela brincadeira como um dos princípios para essa formação artística.

Entrevista com coordenação pedagógica

Entre os objetivos e diretrizes do PIÁ, identificados a partir de entrevistas e rodas de conversa, estão a promoção do acesso ao direito de usufruir e produzir cultura e de participar da vida cultural da cidade; a promoção do acesso e uso de diferentes equipamentos públicos de cultura distribuídos nos diversos territórios da cidade; a democratização do acesso à cultura e o fortalecimento da cultura da cidadania; a promoção da iniciação artística com ênfase na descentralização, valorizando a cultura periférica; o incentivo a práticas artísticas coletivas e de convivência voltadas à apropriação dos espaços públicos; o

reconhecimento e a promoção da diversidade de expressões culturais e de linguagens artísticas na cidade de São Paulo; a valorização das identidades e da diversidade étnico-racial, de gênero, sexualidade, geracional e cultural, buscando equidade no acesso à cultura e respeito à diversidade; o apoio e a promoção de articulações intersecretariais com vistas à complementaridade de ações no campo dos direitos humanos; e o tratamento respeitoso das diferenças, com valorização do trabalho em equipe, do diálogo e da tolerância.

O PIÁ estrutura seu trabalho a partir de diferentes ações articuladas, entre elas os Encontros Artísticos Pedagógicos Semanais, realizados com as turmas de crianças e adolescentes; os Encontros de Formação e Grupos de Troca, que reúnem artistas educadoras e articuladoras para pesquisa e aprofundamento em temas relacionados à atuação no Programa, como acessibilidades, infâncias, letramento étnico-racial, diversidade sexual e de gênero, memória, registro e pesquisa. Soma-se a essas ações o trabalho de Articulação Territorial, voltado à identificação e articulação de programas, projetos, gestores e agentes nos territórios, com o objetivo de potencializar e difundir as ações do PIÁ, fomentando a formação de público e fortalecendo a relação com equipamentos parceiros.

O Programa foi criado por meio de uma portaria intersecretarial¹² de 2008, instrumento normativo comum às pastas de Cultura e Educação, que regula a iniciativa e viabiliza o repasse de recursos. Desde 2016, tramita na Câmara Municipal de São Paulo o Projeto de Lei nº 461/2016, que busca criar uma lei que dê maior institucionalidade ao PIÁ. Ainda assim, o Programa se ampara em um conjunto de legislações federais voltadas à implementação de políticas públicas integrais para as infâncias, entre as quais se destacam o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), a Lei nº 13.257/2016, que trata das políticas públicas para a infância, e as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que instituem a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena nas escolas.

Atualmente, é publicado um edital de concurso para cada edição, que credencia profissionais para atuação no PIÁ. As artistas educadoras são responsáveis pelo desenvolvimento das atividades pedagógicas junto às crianças e adolescentes, enquanto as articuladoras territoriais têm como função a coordenação pedagógica, a articulação com os equipamentos e o território e o apoio ao trabalho das artistas educadoras. A equipe do PIÁ também é composta por

¹² Portaria Intersecretarial SMC/SME nº 2, de 4 de julho de 2008, da Secretaria Municipal da Cultura – SMC e da Secretaria Municipal de Educação – SME do Município de São Paulo.

dois servidores públicos atuantes no âmbito da SMC, um responsável pela coordenação técnica e outro pela área administrativa, acompanhando processos de contratação, pagamentos e execução orçamentária.

Para a edição 2026, o edital previu a contratação de até 154 artistas educadoras e 22 articuladoras de território. As contratações dos profissionais são feitas como pessoa física, possuem vigência de até 12 meses e os inscritos devem apresentar documentação cadastral, comprovação de experiência profissional e formação nas linguagens de atuação. O tipo de comprovação de formação, em nível superior, técnico ou em formações livres com no mínimo 120 horas, além da experiência exigida, reforça a profissionalização da equipe do programa. O edital é anual e, ao término do contrato, é necessária uma nova candidatura caso o profissional busque a permanência no Programa.

Contexto local

A cidade de São Paulo apresenta um histórico de políticas significativas no que se refere à articulação entre arte, cultura e educação. A criação da área de cultura no município, hoje nomeada como Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa, remonta à década de 1930. Segundo a Prefeitura, já neste início, a Secretaria estabeleceu princípios e diretrizes que se mantêm até hoje, como a valorização das culturas populares e da diversidade cultural brasileira, respeitando suas regionalidades, e o reconhecimento do patrimônio histórico e cultural como algo imaterial e de todas as camadas da sociedade.

Sob administração da Secretaria estão diversos departamentos e equipamentos culturais, como o Arquivo Histórico, Bibliotecas, Casas de Cultura, Centros Culturais, Museus, Praças da Cultura, Teatros, incluindo o Theatro Municipal, entre outros espaços distribuídos por diferentes territórios da cidade. A partir dessa estrutura física e de gestão, são desenvolvidas diferentes políticas culturais, como as Escolas Municipais de Iniciação Artística (EMIA), e organizada uma multiplicidade de eventos, como a Virada Cultural. Para se ter uma ideia desta escala, em 2023 a Secretaria administrava mais de 170 espaços culturais. No mesmo ano, foram lançados 18 editais que contemplaram mais de 487 projetos na área de cultura.

A rede municipal de educação de São Paulo também apresenta uma dimensão que reflete o tamanho da cidade, atendendo mais de 990 mil estudantes. A arte está presente como componente curricular da Educação Básica no município, ofertada em diálogo com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).



Dentre as políticas de educação que alcançam a área da arte e da cultura estão os Centros de Educação Unificados (CEUs), sob gestão da secretaria de educação. Os CEUs são equipamentos públicos que se abrem a outros usos para além dos típicos da escola formal, descentralizando o acesso a iniciativas culturais, como programas de formação artística, entre eles o Programa de Iniciação Artística. Desde sua criação, o PIÁ tem se consolidado como uma das principais iniciativas municipais de integração entre educação, cultura e território.

▲ Crianças participantes do PIÁ na Biblioteca Hans Christian Andersen

Governança e intersectorialidade

A governança do Programa é marcada por uma gestão centralizada na Secretaria Municipal de Cultura, com participação da Secretaria Municipal de Educação. Embora o financiamento seja compartilhado entre as duas secretarias, a parceria acontece especialmente na articulação de espaços e na oferta de infraestrutura.

A articulação com os CEUs revela potencial intersectorial sobretudo em relação à participação da pasta de educação em uma política cultural. O diálogo com a ampliação das escolas em tempo integral também é uma janela de oportunidade para o fortalecimento do alcance do programa. O aproveitamento das

políticas e iniciativas em vigor no município pode beneficiar tanto a cultura quanto a educação ao somar esforços e recursos, buscando convergir a expansão da educação integral em tempo integral com a ampliação e a articulação com programas já existentes – como o PIÁ.

Integração curricular

Atualmente, o PIÁ não se integra de forma direta e sistemática aos currículos escolares ou aos Projetos Político-Pedagógicos das escolas, mantendo uma atuação autônoma em relação à rotina escolar, uma vez que as atividades ocorrem no contraturno. Sua relação com as unidades de ensino ocorre majoritariamente de forma pontual, especialmente no momento de divulgação das atividades.

Ainda assim, o Programa realiza incidências indiretas por meio da produção de materiais pedagógicos, do apoio à formação continuada de professores da rede pública e da abordagem de temas relevantes, como relações étnico-raciais, contribuindo de modo complementar à educação formal ao promover experiências artísticas baseadas no brincar, na ludicidade, na escuta sensível e na experimentação.

Território e campo cultural

A atuação do Programa é estruturada a partir da escolha prioritária de territórios periféricos com menor oferta cultural, valorizando as especificidades sociais, econômicas e simbólicas de cada região da cidade e promovendo o pertencimento e a apropriação dos espaços públicos, sobretudo, de cultura. Sua inserção territorial se dá por meio do diálogo com equipamentos culturais, coletivos, redes de proteção e agentes culturais locais, fortalecida pela atuação das artistas educadoras como mediadoras entre o PIÁ e o território.

O Programa articula parcerias institucionais e territoriais, promove ações culturais comunitárias e incentiva a circulação das crianças e famílias pelos equipamentos culturais públicos da cidade.

Proposta pedagógica

A proposta pedagógica do PIÁ é orientada por um “Plano de Ação” construído e reelaborado coletivamente ao longo dos anos, fundado em princípios como ludicidade, experimentação, processo criativo, pertencimento,

temporalidades e interlinguagens, sintetizados na premissa “arte através da brincadeira e a brincadeira através da arte”.

Fundamentada em referenciais como o Adinkra Eban, a “Palavra Mundo” de Paulo Freire, a “Orality” de Leda Maria Martins e a “Escrivência” de Conceição Evaristo, a proposta valoriza a co-criação com crianças e adolescentes, respeitando seus tempos, experiências, desejos e contextos territoriais.

As metodologias são flexíveis e não pré-definidas, sendo construídas de forma autônoma pelas duplas de artistas educadoras em diálogo com os participantes, permitindo a adaptação constante das atividades. O Programa trabalha de maneira integrada múltiplas linguagens artísticas, sem rigidez disciplinar, e busca fortalecer a autonomia, a construção identitária, o pertencimento cultural e a diversidade, especialmente a valorização de culturas negras, periféricas, indígenas e populares, priorizando a escuta, a participação e o brincar como eixos centrais do processo educativo.

Além disso, outro espaço importante para troca entre os participantes são os Grupos de Troca (GTs) – espaços estratégicos para reflexão pedagógica e fortalecimento da prática artística – que contribuem com a qualidade das formações e das ações do Programa.

Interação cotidiana

De modo geral, a interação cotidiana é caracterizada por relações respeitadas, colaborativas e afetivas entre artistas educadoras, crianças, adolescentes e famílias, contribuindo para a criação de vínculos e para o fortalecimento do Programa como política pública de acesso à arte e à cultura.

Contudo, as educadoras lidam com desafios cotidianos relacionados a vulnerabilidades sociais, preconceitos e situações de discriminação, recorrendo principalmente ao diálogo entre a equipe, à mediação focada nas crianças e, quando necessário, ao acionamento da gestão do equipamento, das escolas ou da rede de proteção.

A relação com as famílias varia conforme os territórios e, embora majoritariamente positiva, requer atenção especial ao lidar com a sensibilidade de temas ligados à diversidade, evidenciando a importância dos espaços coletivos de troca e dos GTs, que têm o potencial de exercer o papel de escuta, orientação e apoio no manejo de conflitos.

Outra contribuição importante é a dimensão cultural ampliada do Programa. As profissionais envolvidas, enquanto artistas e educadoras, mobilizam redes

locais, promovem encontros com mestres da cultura, articulam parcerias com museus, Sesc, coletivos e movimentos culturais. Essa atuação orgânica fortalece o tecido cultural dos territórios, e permite que o Programa dialogue com agendas fundamentais como relações étnico-raciais, violência de gênero, territorialidades, acessibilidade e direitos da infância. Além disso, contribui para o fortalecimento da atuação profissional de artistas de diferentes linguagens.

Desenho de planejamento, monitoramento e avaliação

O planejamento pedagógico é anual, construído pela coordenação da Secretaria Municipal de Cultura em conjunto com as articuladoras e artistas educadoras, considerando dados territoriais para orientar as atividades e a distribuição de vagas.

O Programa mobiliza os arte-educadores para a produção de dados a partir dos territórios, que são sistematizados pela coordenação instalada na Secretaria de Cultura. Os instrumentos aplicados são capazes de gerar dados sobre perfil e demanda do público, além de informações contextuais sobre os territórios. Segundo a coordenação do programa, são produzidos relatórios iniciais e mensais, que orientam o trabalho e permitem algum grau de acompanhamento, além de reportes anuais, que são difundidos junto às áreas de gestão.

Além dos relatórios, o programa desenvolveu uma Biblioteca Virtual com parte de suas produções, que na prática se constitui uma política de memória e sistematização que contribui para a continuidade histórica da iniciativa e acompanhamento.

Considerações finais

O estudo do PIÁ evidencia uma iniciativa potente no campo da arte, da cultura e da educação, marcada por uma atuação territorial significativa e por um histórico de contribuições tanto para as infâncias quanto para a cena cultural da cidade, em especial para as periferias.

O PIÁ demonstra grande importância enquanto política pública de arte e cultura para as infâncias e adolescências. A principal aprendizagem revelada pelas artistas educadoras e pela gestão é a potência da atuação territorial. O trabalho em equipamentos culturais diversos – bibliotecas, casas de cultura, museus, CEUs – e em diferentes lugares de São Paulo, com destaque para regiões periféricas, permite às crianças uma relação direta com diferentes



espaços públicos e amplia sua noção de pertencimento à cidade. A circulação por equipamentos culturais e a presença de ações comunitárias, como o “Encontro das Famílias”, reforçam a dimensão comunitária da iniciativa, fortalecendo vínculos intergeracionais e comunitários e valorizando memórias e saberes locais.

Sabe-se que a implementação da intersectorialidade ainda se configura um dos maiores desafios para as políticas públicas e o PIÁ pode se tornar uma referência na medida em que se potencializar e ampliar a relação entre as pastas de educação e de cultura na implementação da política. De um lado a cultura está ativa e viva acontecendo na cidade, do outro a educação amplia sua política de educação integral em tempo integral: unir o PIÁ a isso pode representar a criação de um modelo de referência escalável em todo território nacional em que a arte, cultura e educação aconteçam de forma intrínseca, coesa e orgânica.

A proposta pedagógica centrada no brincar, na experimentação e na escuta sensível é uma das principais características do Programa. O PIÁ oferece um espaço de criação, liberdade e valorização das individualidades infantis. As artistas educadoras destacam que a natureza do Programa abre possibilidades de aprendizagem profundas, relacionadas à criatividade, autonomia e expressão artística. Esse caráter formativo impacta não só as crianças, mas também as próprias artistas educadoras, que reconhecem o PIÁ como um espaço de troca e crescimento profissional e pessoal. Pensar conjuntamente a formação integral e integrada, unindo a escola formal e as ações de

contraturno existentes, permitirá otimizar processos e potencializar ações consolidadas que garantem os direitos à cultura e educação nos processos formativos, como preconiza a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Por fim, a prática de levantamento de dados nos territórios, ainda que desafiadora, demonstra preocupação com o planejamento contextualizado e com a adequação das atividades às realidades locais.

Desta forma, o PIÁ se apresenta como uma experiência rica de articulação entre arte, cultura e educação, marcada pela aposta no território, no brincar e na potência das artistas educadoras como agentes de cultura e transformação. Todavia, pensar mecanismos e formas de contratação de arte-educadores que permitam a manutenção dos vínculos e dos mesmos entre editais se torna um desafio, uma vez que a cada 12 meses o processo de edital se reinicia e não é possível garantir necessariamente a presença do mesmo profissional na continuidade das ações no território.

Ao valorizar as infâncias e seus territórios, o Programa não apenas promove acesso à arte e à cultura, mas também contribui para o fortalecimento das redes comunitárias e para a formação das crianças em diferentes aspectos, sobretudo em relação à ocupação dos equipamentos públicos de arte e cultura. Nesse sentido, o PIÁ reafirma a importância de políticas culturais contínuas, estruturadas e enraizadas nos contextos onde atuam.





▲ Atividade na Biblioteca Municipal Paulo Duarte





Maculelê na Educação em Tempo Integral: Uma imersão nessa manifestação cultural Afro-Brasileira

📍 Concórdia do Pará (PA)

(...) “Montamos coreografia. Montamos roupa. E fizemos a nossa apresentação como um show. Todo mundo queria ver, sabe? Eu fiquei tão feliz, porque... Como era uma coisa que ninguém conhecia. Quando chega a época de jogos internos é uma competição muito grande entre os turmas, né? E eu ouvia... Aqui onde eu moro, eu ouvia as pessoas ouvindo as músicas que a gente ensaiava no maculelê. E a apresentação foi muito bonita.(...)”

Entrevista com a Coordenação Pedagógica



Perfil e características gerais

O projeto escolar é desenvolvido desde 2018 pela Escola Quilombola Severiano Antônio Nunes, localizada no Quilombo do Cravo, no município de Concórdia do Pará (PA). A ação se consolidou como prática pedagógica e cultural e foi institucionalizada em 2024, passando a integrar o Projeto Político-Pedagógico da escola. Voltada principalmente a estudantes de comunidades quilombolas do entorno, a iniciativa articula o maculelê como eixo central de um conjunto de práticas artístico-culturais que envolvem dança, música, aprendizagem instrumental, pintura corporal, confecção de vestimentas e aulas de capoeira, desenvolvidas tanto em treinos regulares quanto de forma transversal nas atividades do período do tempo estendido. Inserido em um território quilombola, o alcance do projeto extrapola a escola, envolvendo famílias e a comunidade local, e tem como objetivo fortalecer as raízes ancestrais, valorizar a cultura afro-brasileira e integrar saberes tradicionais à formação integral dos estudantes.

◀ Na página anterior:

Crianças integrantes do grupo de maculelê Guerreiros Valentes na frente da Escola Quilombola Severiano Antônio Nunes

A iniciativa Maculelê na Educação em Tempo Integral: Uma imersão nessa manifestação cultural Afro-Brasileira é um projeto escolar desenvolvido pela Escola Quilombola Severiano Antônio Nunes, anexa à Escola Polo João Braga de Cristo, localizada no município de Concórdia do Pará (PA). O município, que fica a 134 km da capital paraense, possui uma população de cerca de 26 mil habitantes¹³ e conta com 74 escolas¹⁴ na rede municipal de ensino.

A Escola Polo João Braga de Cristo é a unidade central da rede municipal no território e atende parte significativa das comunidades quilombolas da região. O marco do reconhecimento quilombola na região teve início quando diversas dessas comunidades passaram pelo processo de autodeclaração previsto no Decreto nº 4.887/2003, que regulamenta o procedimento de identificação, reconhecimento, delimitação e titulação de terras ocupadas por remanescentes de quilombos.

¹³ Fonte: Censo IBGE 2022

¹⁴ Fonte: Censo, Inep 2024

A autodeclaração, feita em 2011, foi o primeiro passo oficial e muitas das comunidades hoje já possuem certificação da Fundação Cultural Palmares, documento que atesta sua identidade quilombola e garante acesso a políticas específicas. Embora o cenário de demarcação esteja em diferentes estágios nas comunidades que compõem a região, tanto a Escola Polo João Braga de Cristo quanto as escolas anexas, incluindo a Severiano Antônio Nunes, são reconhecidas como escolas quilombolas.

Desde 2011, essas comunidades foram autodeclaradas quilombolas. (...) E tudo o que a gente recebe de lá para cá, para as nossas escolas, é através da cota quilombola. A gente recebe merendas, uma merenda extra da agricultura familiar que as outras escolas da cidade não recebem, por exemplo.

Entrevista com a gestão

O projeto teve início em 2018, quando educadoras da escola se mobilizaram na construção de ações voltadas à valorização da cultura afro-brasileira. Parte das professoras que organizaram o projeto são elas mesmas de origem quilombola e sua atuação foi importante para implementar uma educação sensível ao território e que contribuísse com o fortalecimento da identidade quilombola. Desse movimento surgiram também expressões culturais permanentes, como o grupo de maculelê “Guerreiros Valentes”, criado durante as atividades do mês da Consciência Negra naquele mesmo ano. Configurada inicialmente como iniciativa autônoma de educadoras da escola, nos anos seguintes o Maculelê se consolidou como prática reconhecida por sua relevância pedagógica e cultural, sendo institucionalizado em 2024 e integrado ao currículo das turmas em tempo integral da Escola Quilombola Severiano Antônio Nunes, anexa da Escola Polo João Braga de Cristo.

Todos os estudantes são matriculados na escola polo e realizam o período estendido do tempo integral nas escolas anexas distribuídas pelo território. As atividades do maculelê acontecem especificamente na escola anexa Severiano e atendem um público de cerca de 40 estudantes, moradores das comunidades quilombolas do entorno.

No âmbito da iniciativa, os estudantes têm acesso a um conjunto diversificado de práticas artístico-culturais, caracterizadas pela combinação de saberes tradicionais, expressões corporais e experiências formativas que dialogam com diferentes linguagens. O Maculelê constitui o eixo central dessas práticas, envolvendo dança, musicalidade, aprendizagem instrumental, pintura corporal e, em alguns momentos, a própria confecção das vestimentas utilizadas

nas apresentações. Os estudantes também participam de aulas de capoeira, ampliando o repertório cultural e corporal mobilizados no cotidiano escolar.

Para além dos treinos de maculelê realizados duas vezes por semana, as atividades da iniciativa alcançam todos os estudantes matriculados na escola anexa, com a inclusão de conteúdos relacionados a manifestação cultural do maculelê nas aulas de aprofundamento pedagógico de componentes como português, matemática, educação física e artes, ofertadas na extensão do período escolar. O Maculelê dessa forma exerce duplo papel nas artes, como fim na medida em que é uma linguagem e como meio, na medida que também fortalece a aprendizagem dos componentes curriculares tradicionais.

Além desse grupo de estudantes, o projeto tem alcance local, que se expande para além da escola anexa, englobando outras escolas da região, bem como as famílias dos estudantes participantes e o público presente nas apresentações culturais. O projeto é desenvolvido dentro de um território quilombola, localizado nas proximidades da Vila dos Cravos. A definição desse território não se deu de forma aleatória, mas foi orientada por fatores históricos, identitários e políticos que estruturam a vida comunitária das populações que compõem as comunidades do entorno.

A iniciativa declara como seus objetivos fortalecer o conhecimento das raízes ancestrais; promover a cultura afro-brasileira; e articular manifestações comunitárias à formação integral dos estudantes. Sua atuação trabalha para que a prática cultural deixe de ser uma atividade pontual e se torne um eixo estruturante na experiência educativa das escolas quilombolas.

É importante a gente destacar também a melhoria do Ideb da escola. A Semed trabalha com um incentivo para as escolas que melhoram o Ideb, e as duas escolas do município que avançaram bastante na questão do Ideb, no resultado, foi a escola João Braga de Cristo, e a escola Nossa Senhora de Guadalupe. São duas escolas que avançaram muito no Ideb. E essa melhoria no Ideb da JBC deve-se muito a esse trabalho que a gente está desenvolvendo, quando o aluno melhora no rendimento, melhora no resultado, melhora o comportamento, notas, aprendizagem, então tudo isso aí também se soma a esses projetos, e um desses projetos é o Maculelê. Então, nós temos um resultado muito bom.

Entrevista com gestão

Contexto local

O projeto está inserido em um território composto por diversas comunidades quilombolas da zona rural de Concórdia do Pará, atendidas pela Escola Polo Vereador João Braga de Cristo – que reúne cerca de 230 estudantes – e por suas escolas anexas, entre elas a Escola Quilombola Severiano Antônio Nunes, com cerca de 40 matrículas, que operam majoritariamente com turmas multisseriadas¹⁵.

O reconhecimento dessas comunidades e escolas como quilombolas, iniciado a partir do processo de autodeclaração em 2011 e da certificação pela Fundação Cultural Palmares, foi resultado de mobilizações comunitárias e associativas e se consolidou na incorporação dessa identidade aos documentos institucionais, aos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) e à própria organização pedagógica das unidades escolares. Nesse contexto, a educação escolar quilombola se estrutura a partir da relação direta com o território, com a ancestralidade, com a cultura e com os modos de vida locais, promovendo uma forte integração entre escola e comunidade.

As chamadas “escolas polo” ocupam um papel estratégico na organização da oferta educacional em zonas rurais, funcionando como unidades principais que concentram maior estrutura física, corpo docente mais estável e capacidade de atendimento ampliada. Elas também assumem a função de coordenar e apoiar pedagogicamente as escolas anexas distribuídas pelo território. No caso de Concórdia do Pará, a Escola Polo João Braga de Cristo é a unidade que atende parte significativa das comunidades quilombolas da região.

Segundo os educadores do projeto, atuar em uma escola quilombola é substancialmente diferente de trabalhar em uma escola que não possui essa característica e reconhecimento. Essa diferença não diz respeito apenas à nomenclatura, mas ao modo como o ensino se organiza, aos temas que ganham centralidade e à relação direta com o território e com a comunidade. No mesmo sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica¹⁶ determina que esta modalidade de educação requer pedagogia própria, com respeito à especificidade étnico-racial e cultural da comunidade na qual é ofertada, formação específica dos docentes, além de materiais didáticos e paradidáticos específicos. Para eles, a educação escolar quilombola exige uma abordagem pedagógica que considere ancestralidade, pertencimento, modos de vida, memórias coletivas, práticas culturais e valores comunitários como parte estruturante do processo educativo. A escola quilombola trabalha

¹⁵ Dados do Censo Escolar 2023

¹⁶ Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012

a partir da especificidade: o território é conteúdo, a cultura é metodologia e a comunidade é parte ativa da formação escolar.

Governança e intersectorialidade

A governança da iniciativa ocorre de forma predominantemente interna à Escola Anexa Severiano Antônio Nunes, onde o projeto é desenvolvido e integrado ao Projeto Político-Pedagógico e ao currículo do tempo integral, coordenado pela gestão escolar e pela coordenação pedagógica, sem a constituição de uma equipe intersectorial formal, com artistas ou profissionais da cultura.

A condução das atividades relacionadas ao Maculelê mobiliza profissionais de diferentes áreas da escola – como os docentes de artes, práticas culturais, educação física e pedagogos –, assim como bolsistas e apoiadores comunitários, combinando trabalho institucional, saberes tradicionais e significativa participação voluntária. A coordenação das ações vinculadas ao maculelê, especialmente no que se refere à integração entre conteúdos pedagógicos e práticas culturais, é conduzida pela coordenadora pedagógica responsável pelo período integral das escolas anexas à Escola João Braga de Cristo, além das reuniões periódicas e processos de planejamento coletivo entre as professoras/es que participam do projeto.

▼ Integrantes do grupo de maculelê Guerreiros Valentes durante apresentação



O financiamento é majoritariamente proveniente da Secretaria Municipal de Educação, com apoio logístico da gestão escolar, embora a sustentabilidade do projeto ainda dependa em parte de esforços comunitários e voluntários. Ainda que sem arranjos orçamentários compartilhados com outras pastas, existem articulações pontuais com a Secretaria Municipal de Cultura por meio de convites para apresentações.

A iniciativa também se insere, de forma indireta, em redes mais amplas de proteção e acompanhamento coordenadas pela Semed, que mantêm diálogo com políticas e fóruns voltados à educação escolar quilombola. Órgãos como o Conselho Tutelar e políticas como o Programa Saúde na Escola realizam visitas técnicas, promovem ações de formação, palestras e acompanham questões relacionadas ao bem-estar, à frequência e à proteção dos estudantes, configurando uma participação institucional que alcança também os participantes da iniciativa. Além disso, representantes da Semed integram fóruns temáticos relevantes para o campo da educação escolar quilombola e da educação do campo, como o Fórum de Educação do Campo e o Fórum de Educação Quilombola. A participação da comunidade e das lideranças nas definições sobre os modelos de organização e gestão das escolas também é garantido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (Resolução CNE/CEB nº 8/12).

Esses espaços contribuem para a discussão e qualificação das políticas públicas voltadas aos territórios tradicionais e ao fortalecimento das práticas pedagógicas que dialogam com identidades e saberes locais. Docentes vinculados ao território atuam nesses fóruns representando a Secretaria e, de forma indireta, ampliam a inserção da escola e de suas iniciativas nos debates sobre políticas educacionais.

Integração curricular

Com a implementação das matrículas em tempo integral na Escola Polo e em suas anexas, o projeto Maculelê foi formalmente incorporado ao currículo e ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Anexa Severiano Antônio Nunes, garantindo apoio institucional, maior legitimidade e continuidade às ações.

Esse arranjo ampliou o tempo pedagógico disponível e possibilitou o desenvolvimento de práticas culturais e metodologias lúdicas articuladas aos conteúdos curriculares, especialmente no período estendido, fortalecendo abordagens interdisciplinares e alinhadas à educação antirracista e à realidade quilombola do território. Apesar das limitações de infraestrutura das unidades

escolares, o modelo adotado tem promovido experiências educativas mais amplas e contextualizadas para os estudantes.

Além de gerar visibilidade institucional, a integração do Maculelê ao currículo escolar também representou um marco no processo de fortalecimento da iniciativa, que deixou de depender exclusivamente do esforço individual das educadoras para se consolidar como componente legítimo e reconhecido do Projeto Político-Pedagógico da escola. A inserção no PPP garantiu maior estabilidade, legitimidade e capacidade de articulação pedagógica.

Território e campo cultural

A iniciativa estabelece uma relação direta e ampliada com o território e o campo cultural ao promover atividades externas, apresentações de participantes em outras escolas, eventos e espaços públicos do município, fortalecendo a visibilidade do Maculelê como expressão da cultura quilombola e ampliando o sentimento de pertencimento das crianças à cidade. As ações de apresentação e intercâmbio cultural contribuem para expandir o repertório dos estudantes, reforçar o orgulho identitário e legitimar a produção cultural do território em espaços mais amplos.

A articulação com grupos culturais locais e associações comunitárias favorece a circulação de saberes tradicionais e o envolvimento das famílias. Além disso, ao priorizar a participação e a inserção profissional de jovens e educadores da própria comunidade, especialmente estudantes de licenciatura, o projeto fortalece o campo cultural local, valoriza os saberes ancestrais e contribui para a formação e permanência de novos agentes culturais e educacionais no território.

Além da presença de mestres e praticantes de saberes tradicionais, a iniciativa também tem impactado positivamente jovens quilombolas que cursam pedagogia ou licenciaturas. O funcionamento do período integral nas escolas do território abriu novas possibilidades de inserção profissional, por meio de bolsas vinculadas à atuação pedagógica. Essas oportunidades têm permitido que jovens da própria comunidade, em especial estudantes de pedagogia, ingressem no campo da educação de forma remunerada, conciliando formação acadêmica, experiência profissional e permanência no território. Essa dinâmica favorece a geração de renda, o fortalecimento da identidade profissional local e a continuidade das práticas culturais no interior da escola.

Ao concentrar o engajamento de profissionais que vivem na própria comunidade, a iniciativa reafirma uma lógica de territorialização da política

educacional e cultural, reforçando vínculos entre escola, cultura e pertencimento quilombola. Nesse sentido, contribui tanto para a valorização da cultura local, quanto para a formação e inserção de novas gerações de educadores quilombolas, fortalecendo o campo cultural local e ampliando perspectivas profissionais no território.

Proposta pedagógica

A proposta pedagógica da iniciativa tem o Maculelê como eixo estruturante do processo educativo, integrando saberes tradicionais, memória oral e elementos culturais do território ao currículo escolar de forma interdisciplinar, em convergência com as diretrizes que guiam a Educação Escolar Quilombola. Organizada a partir dos eixos de Corporeidade, Musicalidade, Historicidade e Territorialidade, a aprendizagem articula práticas corporais, musicais, narrativas históricas e o reconhecimento do território, mobilizando materiais naturais e referências locais para fortalecer a ancestralidade, o pertencimento e a identidade dos estudantes. As metodologias são caracterizadas pela colaboração, flexibilidade e ludicidade, combinando atividades práticas, jogos, artes, tecnologias digitais e recursos manuais, com autonomia docente e planejamento coletivo. Apesar das limitações de recursos e infraestrutura, o Maculelê opera como estratégia pedagógica central para uma educação integral, antirracista e contextualizada, contribuindo para a autoestima, o vínculo com a escola e a valorização da cultura quilombola.

A percepção dos participantes da iniciativa e da equipe escolar sobre a importância das artes e da cultura no currículo é altamente positiva. As manifestações culturais são compreendidas como elementos essenciais para o resgate da identidade quilombola, para o enfrentamento do preconceito e para a melhora do desempenho escolar e do comportamento dos estudantes. A arte e a cultura não são vistas apenas como componentes complementares, mas como ferramentas fundamentais para a formação integral do estudante e para o fortalecimento da identidade e da autoestima. A cultura local é entendida como base do sentimento de pertencimento à comunidade negra e às raízes quilombolas, e o objetivo é que as crianças sintam orgulho de afirmar sua identidade e origem. Para os entrevistados, manifestações como o Maculelê desempenham um papel decisivo na superação da timidez, na autoestima e na transformação do comportamento, o que reforça a importância da integração da arte, cultura e educação no desenvolvimento das competências socioemocionais, além do próprio desempenho escolar.



Interação cotidiana

A interação cotidiana é marcada por relações de proximidade, confiança e pertencimento entre educadores, estudantes e comunidade, evidenciadas pela assiduidade às atividades, pelo engajamento das crianças e pela continuidade dos vínculos para além do espaço escolar. O ambiente de trabalho é descrito como colaborativo e harmonioso, com reuniões regulares que fortalecem o alinhamento pedagógico e a ação coletiva. Diante de situações pontuais de resistência ou discriminação, especialmente relacionadas às manifestações culturais negras, a equipe adota o diálogo como estratégia central de mediação, promovendo esclarecimentos e ações educativas.

Durante as entrevistas, uma das educadoras relatou que o Maculelê contribuiu de forma concreta para o desenvolvimento do autorreconhecimento racial e cultural dos estudantes. Ela observa que, durante as apresentações do grupo, tanto quem se apresenta quanto quem assiste demonstra identificação e orgulho, revelando um processo de autovalorização e reconhecimento

▲ Criança do projeto Maculelê na Educação em Tempo Integral no espaço da Escola Quilombola Severiano Antônio Nunes

coletivo. Essa visibilidade, segundo ela, atua também como um convite para outras crianças, despertando interesse em participar do projeto e em valorizar manifestações culturais de matriz africana.

Segundo a equipe gestora, casos que envolvem situações de vulnerabilidade ou potenciais violações de direitos seguem um protocolo institucional que aciona profissionais como psicólogos, equipes da assistência social e, quando necessário, o Conselho Tutelar. Esse arranjo assegura que os estudantes do projeto estejam amparados por uma rede de suporte que ultrapassa os limites da escola, ao mesmo tempo em que preserva sua privacidade e evita exposições indevidas.

Desenho de planejamento, monitoramento e avaliação

O planejamento, monitoramento e avaliação da iniciativa organizam-se em quatro etapas progressivas, com acompanhamento contínuo realizado principalmente por meio de reuniões periódicas, observações cotidianas e reflexão coletiva entre gestão, coordenação pedagógica e docentes. Embora não utilize instrumentos formais ou indicadores sistematizados, o projeto adota um processo avaliativo baseado na análise das práticas desenvolvidas, dos ajustes necessários e dos efeitos percebidos nas trajetórias das crianças, como maior engajamento, frequência, fortalecimento identitário e vínculo com a escola. O acompanhamento ocorre principalmente por meio das práticas pedagógicas cotidianas e das observações realizadas pelas educadoras envolvidas no período integral, que monitoram a participação, a motivação e o engajamento dos estudantes nas atividades escolares.

A participação das famílias se dá através de reuniões periódicas ou de maneira informal, sobretudo por meio de comunicação por grupo de WhatsApp e presença em atividades culturais. A mobilização das famílias é frequentemente mencionada pela gestão como um resultado importante da iniciativa e reforça esse processo, uma vez que a presença dos responsáveis nas apresentações e atividades culturais fortalece o acompanhamento familiar da vida escolar. O vínculo com as famílias contribui para o fortalecimento da relação escola-comunidade e para a legitimação da iniciativa no território.

Considerações finais

A iniciativa demonstra que o Maculelê se consolidou como linguagem essencial no processo ensino-aprendizagem. Seja como fim ou como meio, a prática pedagógica articulada ao território e integrada à rotina escolar está

institucionalizada. Seu desenvolvimento evidencia uma relação orgânica com a comunidade, reforçando identidade, pertencimento e continuidade das tradições culturais quilombolas. A incorporação do projeto ao currículo, especialmente após a adoção do modelo de oferta de matrículas em tempo integral, permitiu maior estabilidade das atividades, ampliou o tempo pedagógico disponível e favoreceu sua institucionalização no Projeto Político-Pedagógico. Esse processo garantiu que o Maculelê deixasse de ser uma ação eventual e passasse a compor de forma sistemática o conjunto de práticas culturais e educativas da escola.

O processo de construção pedagógica é profundamente marcado pelo território, pela criatividade dos educadores e pela força das relações comunitárias. Ao longo da implementação, os profissionais reinventaram e adaptaram metodologias, criando caminhos próprios para aproximar o conteúdo curricular das vivências culturais quilombolas. Essas metodologias, ancoradas no corpo, na música, na história e na ancestralidade, ampliaram as possibilidades de aprendizagem, permitindo que o Maculelê se tornasse não apenas um conteúdo, mas um dispositivo pedagógico capaz de aprofundar as disciplinas da grade regular e fortalecer a identidade dos estudantes.

Um dos aspectos mais potentes do projeto é o vínculo orgânico com o território, que se revelou através das relações entre professores, estudantes, famílias e lideranças culturais, compartilhando referências, histórias e a convivência que ultrapassa os muros da escola. Essa circulação cotidiana de saberes criou uma educação que se apoia na vida comunitária, fortalecendo autoestima, pertencimento, identidade e continuidade das tradições. Da mesma forma, a integração do projeto à Educação Integral em Tempo Integral garante tempo pedagógico ampliado, reconhecimento institucional e inserção no currículo escolar. A integração do projeto da escola ao Projeto Político-Pedagógico deve servir de referência para ampliação da arte e da cultura nas escolas, compondo o currículo orientador da Secretaria de Educação, bem como servir de referência para a rede estadual de ensino e para um regime de colaboração entre estado e municípios do Pará e do Brasil. A iniciativa deixa evidente que é possível unir esforços e projetos para promover o desenvolvimento integral e integrado e a garantia de direitos com qualidade e sua institucionalização pode ser ampliada, do território para órgão central.

Outro aprendizado significativo foi a articulação com profissionais e produtores locais. Ao integrar educadores de práticas culturais como capoeira e maculelê, o projeto contribuiu para o reconhecimento do valor dos saberes tradicionais, ampliando o papel da escola no território.

As gestoras da iniciativa identificam um conjunto amplo de resultados decorrentes da implementação do projeto Maculelê, que se manifesta tanto no desenvolvimento dos estudantes quanto no fortalecimento da relação entre escola, famílias e comunidade. Um dos efeitos mais destacados refere-se ao aumento do envolvimento familiar nas atividades escolares. Segundo a gestão, a participação dos estudantes no projeto cria oportunidades para que mães, pais e responsáveis se aproximem da escola, acompanhem apresentações e tenham contato direto com manifestações culturais antes pouco acessíveis em seu cotidiano. Esse processo ampliou o diálogo entre escola e famílias, transformando as atividades culturais em experiências pedagógicas compartilhadas, capazes de promover vínculos, fortalecer o interesse pela trajetória escolar dos filhos e favorecer uma compreensão mais ampla sobre a cultura local.

No que diz respeito aos impactos sobre os estudantes, a gestão enfatiza transformações significativas no comportamento, na motivação e no rendimento escolar. A participação nas atividades do Maculelê, tanto nas práticas artísticas quanto nos conteúdos trabalhados em sala, contribuiu para o aumento do compromisso com os estudos, para a melhora nas notas e para maior engajamento durante as aulas. O projeto também despertou o desejo de participação em outros estudantes, ampliando o alcance da iniciativa e consolidando sua legitimidade no ambiente escolar.

Um resultado adicional apontado pela gestão refere-se à melhora do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) da Escola Polo João Braga de Cristo¹⁷. Embora reconheçam que múltiplos fatores influenciam o indicador, os gestores atribuem parte desse avanço às mudanças observadas no desempenho e no comportamento dos estudantes envolvidos no projeto, reforçando a importância das práticas culturais como estratégias educativas que repercutem na aprendizagem formal.

Outro eixo de resultados está relacionado ao desenvolvimento das identidades e capacidade de expressão pessoal dos estudantes. Segundo os gestores, muitos são introvertidos e apresentam dificuldades de expressão oral. Nesse sentido, as atividades culturais oferecem um espaço alternativo e seguro de manifestação subjetiva. A dança, a música e a performance funcionam

¹⁷ De acordo com dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira (Inep), a pontuação do Ideb para a Escola Polo Vereador João Braga de Cristo vem de fato aumentando. Em 2017, antes da implementação do programa, o Ideb da escola foi de 3,0, já em 2023, cinco anos após a implementação da iniciativa, o Ideb foi de 5,1, um aumento de cerca de 70% comparando os dois anos. Fonte: QEdu. Disponível em: <https://qedu.org.br/escola/15081532-e-m-e-f-q-joao-braga-de-cristo/ideb> Acessado em: 18/02/2026.

como instrumentos de expressão simbólica, permitindo que estudantes tímidos ocupem novos espaços, desenvolvam autoconfiança e ampliem suas capacidades comunicativas. A cultura aparece, assim, como um território pedagógico que potencializa formas diversas de expressão e contribui para o desenvolvimento integral.

A gestão também enfatiza impactos relevantes na construção identitária dos estudantes, sobretudo no que se refere à afirmação da identidade negra e quilombola. A participação no projeto favorece o reconhecimento positivo das raízes ancestrais, resultando em mudanças observáveis nas formas de vestir, nos penteados, no uso de turbantes e na valorização pública das manifestações culturais do território. Para a equipe gestora, essas práticas contribuem para o fortalecimento do sentimento de pertencimento, para a construção de autoestima racial e para o rompimento de estigmas historicamente associados à cultura negra. Esse movimento é percebido não apenas dentro da escola, mas também em eventos comunitários, como desfiles escolares, onde estudantes quilombolas passaram a apresentar, de maneira orgulhosa, elementos culturais de sua identidade.

Em síntese, o Projeto Maculelé demonstra enorme capacidade de escalabilidade ao produzir aprendizagens, fortalecer identidades e renovar práticas pedagógicas que impactam positivamente o desempenho escolar e as competências socioemocionais dos estudantes, além de promover a relação com a comunidade local.



◀ Professora e estudantes participam de jogo de conhecimentos durante aula na Escola Quilombola Severiano Antônio Nunes

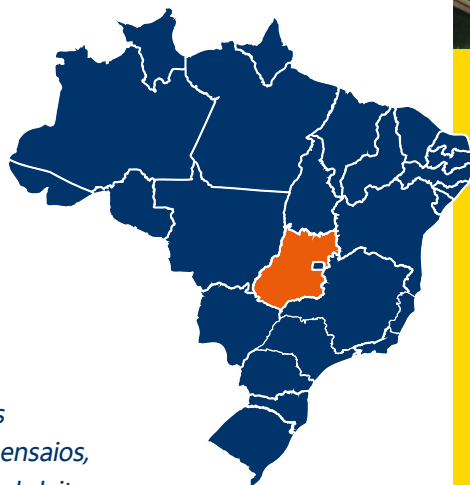


Do Mundo da Imaginação à Prática Experimental de Atividades Culturais, Literárias e Artísticas

📍 Rubiataba (GO)

(...) “Porque o que eles gostam de assistir mesmo são as historinhas. Então a gente vê os pontos. A gente faz os ensaios, eles ficam todos empolgados, começam a ter o gosto pela leitura, pela contação de histórias. E a gente vê no final de tudo isso os olhos deles brilhando quando fazem uma apresentação (...)”

Roda de conversa com educadores



Perfil e características gerais

Iniciativa entre escolas desenvolvida em quatro Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) do município de Rubiataba, interior de Goiás, criada para integrar práticas literárias, artísticas e culturais relacionadas à contação de histórias já presentes nas escolas, consolidando-as como parte do currículo escolar. As atividades acontecem no dia a dia das escolas e, eventualmente, avançam para passeios pelo território e atuação em eventos do calendário da cidade, como as festas juninas ou o Dia do Meio Ambiente. O público participante são as crianças regularmente matriculadas nos CMEIs. O projeto conta ainda com uma importante participação das famílias, que participam periodicamente de atividades de contação de história em casa e na escola.

◀ Na página anterior:

Apresentação teatral na CMEI
Professora Zelma Queiroz de
Lacerda Alencar

A iniciativa Do Mundo da Imaginação à prática experimental de atividades culturais, literárias e artísticas é um projeto desenvolvido nos quatro Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), coordenado pela Secretaria Municipal de Educação de Rubiataba, município brasileiro do estado de Goiás. Reunidos, os quatro CMEIs atendem cerca de 800 crianças, entre creche e pré-escola¹⁸. O projeto foi criado para integrar práticas literárias, artísticas e culturais já presentes na Educação Infantil, consolidando-as como parte do currículo escolar, tendo como elemento central a contação de histórias.

O projeto tem como objetivos declarados “fortalecer o desenvolvimento da linguagem e da imaginação na primeira infância” e “promover o vínculo afetivo entre crianças, educadores e famílias”. Segundo suas coordenadoras, a motivação inicial foi a “necessidade de inserir práticas significativas de leitura na rotina escolar e familiar”. Seu propósito é “promover o desenvolvimento integral das crianças, respeitando suas múltiplas formas de expressão e interação com o mundo”.

A gestão do projeto indica múltiplos resultados positivos, destacando a importância da aproximação com as famílias e o desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças. O acesso à cultura e à leitura de forma lúdica, e a introdução à literatura e aos livros também foram trazidos como resultados importantes.

¹⁸ Dados Censo Escolar 2024

Tem crianças nossas que têm acesso à cultura, à literatura, por exemplo, a um teatro, isso é o que eles vivem nos CMEIs. Porque como as meninas já citaram, nós temos famílias que os pais não são alfabetizados. Então, para eles esse projeto é encantador. Às vezes, o acesso ao livro é através do projeto, porque não tem um livro em casa. Então, eu acho que abre uma vasta experiência para as crianças mesmo.

Entrevista Gestão

Nós trabalhamos de uma forma bem alinhada. Nossa cidade, nosso município, ele é pequeno. E a gente tem essa oportunidade de estar trabalhando juntos. E trabalhamos uma rotina voltada mesmo para o lúdico. Esse projeto de leitura é um projeto que a gente acredita na importância de colocar já o gosto pela leitura desde os pequeninhos. (...) Trabalhamos de uma forma lúdica para despertar nessas crianças mesmo o gosto da leitura, porque acreditamos o quanto é importante esse incentivo à leitura desde pequenos.

Entrevista Gestão

A iniciativa é estruturada em quatro eixos principais. O primeiro eixo, “Literatura e linguagem”, busca a inserção de práticas significativas de leitura na rotina escolar e familiar. As linhas de ação incluem práticas de leitura semanais no refeitório das escolas, apresentadas pelas professoras – mensalmente, as práticas acontecem com a participação de familiares. São realizadas também roda de leitura com livros infantis, utilizando recursos visuais, sonoros, objetos sensoriais e caracterização com figurino. Outra frente é a criação de cantinhos da leitura em sala, com livros acessíveis e ambientação convidativa. Além disso, livros são periodicamente enviados em uma maleta para a casa dos estudantes, acompanhados de uma ficha de leitura para que o familiar possa relatar as impressões e sentimentos despertados a partir da leitura. Mensalmente, os familiares também são convidados para eles próprios realizarem a contação de histórias para os estudantes dos CMEIs.

O segundo eixo do projeto é denominado “Lazer e brincadeiras”. As linhas de ação incluem atividades recreativas como piscina de bolinhas, gangorras, escorregadores e outros brinquedos infantis durante a integração no pátio da escola, além de parquinhos, brincadeiras direcionadas e atividades interativas com personagens vivos e brincadeiras temáticas, proporcionando experiências sensoriais, motoras e afetivas.

O terceiro eixo articula as práticas pedagógicas com a “Educação ambiental” e inclui a realização de projetos multidisciplinares com foco na preservação e cuidado com o meio ambiente. Em parceria com a organização não governamental Projeto Córrego da Serra, são realizadas visitas educativas com vivências na natureza, leitura, passeios ao ar livre e atividades sustentáveis.

O último eixo, “Cultura e integração comunitária”, visa promover a identidade cultural e a integração social, com participação em festas juninas municipais e vivenciando apresentações de danças típicas e atividades artísticas desenvolvidas pelas escolas da rede municipal. Inclui também a realização de festejos em praça pública, envolvendo todas as unidades escolares e secretarias municipais. Além disso, as unidades escolares também realizam atividades de festas juninas nos seus próprios espaços.

A iniciativa reúne projetos de leitura e arte desenvolvidos pelos quatro Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) do município de Rubiataba: as escolas Criança Cidadã, Brincando e Aprendendo, Criança do Futuro e Professora Zelma. Ativa oficialmente desde 2022, a iniciativa é institucionalizada e formalizada dentro da estrutura pedagógica da rede municipal de ensino, sendo parte do Projeto Político-Pedagógico (PPP) das quatro unidades escolares de Rubiataba, localizadas em diferentes pontos do município, onde são realizadas as atividades. Algumas atividades também acontecem em espaços públicos e locais externos, durante passeios e visitas. As atividades de Educação ambiental incluem visitas educativas com vivências na natureza, leitura e passeios ao ar livre, como o bosque próximo ao CMEI Criança Cidadã e à prefeitura.

Esse projeto dialoga diretamente tanto com a Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), de 2009, como com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), de 2023, política pública baseada na colaboração entre os entes federativos para garantir a alfabetização de todas as crianças do Brasil até o final do segundo ano do Ensino Fundamental. Os Campos de Experiências e os Objetivos de Aprendizagem previstos na BNCC para a Educação Infantil (zero a cinco anos) também preconizam atividades como as desenvolvidas pela iniciativa.

Importante destacar que as ações da iniciativa contemplam todos os quatro CMEIs da cidade, que atendem crianças de seis meses até três anos e 11 meses de idade, para as quais a frequência não é obrigatória na rede de ensino regular. A matrícula torna-se obrigatória a partir dos quatro anos e, nesse caso, as crianças são matriculadas diretamente nas EMEIs. Assim, não há obrigatoriedade de frequência nos CMEIs, embora no município haja uma grande adesão a essa etapa.

Os CMEIS funcionam em tempo integral, manhã e tarde, e oferecem turmas de berçário e maternal (I, II e III). As atividades do projeto Do Mundo da Imaginação estão integradas às demais práticas que ocorrem na unidade escolar e para participar da iniciativa basta a criança estar matriculada em um dos referidos centros de ensino.

Contexto local

Segundo levantamento via Lei de Acesso à Informação (LAI), o município de Rubiataba conta com aproximadamente 20 mil habitantes. A rede municipal atende 1.955 estudantes, sendo 830 na Educação Infantil, público específico do projeto, e 1.125 no Ensino Fundamental. No momento da pesquisa, o município não dispunha de professores com formação específica em artes.

Os profissionais que atuam na iniciativa reconhecem que o município, por ser pequeno e distante da capital, apresenta poucas oportunidades culturais externas, o que reforça a importância da escola como vetor de acesso à arte e cultura no local.

Governança e intersetorialidade

A governança e o suporte central da iniciativa ficam a cargo da Secretaria Municipal de Educação (SME), que atua como órgão de suporte pedagógico. Todos os profissionais atuantes no projeto estão vinculados à educação e estabelecem parcerias com a cultura de forma pontual, em datas comemorativas como a festa junina. Um ponto relevante do projeto é a atuação em rede, que inclui a integração entre todos os CMEIs e a realização de reuniões periódicas conjuntas.

Cada escola é responsável por desenvolver seus projetos, considerando suas próprias especificidades, que são orientados e planejados conjuntamente pelas gestoras responsáveis. As coordenadoras pedagógicas atuam como articuladoras na execução de cada projeto e o planejamento é compartilhado entre os quatro CMEIs. De acordo com a coordenação, o fato de o município ser pequeno auxilia o alinhamento da metodologia de ensino, o que reduz os impactos da mobilidade de estudantes entre as unidades escolares.

Alguns familiares das crianças participantes destacam a importância do planejamento unificado entre os CMEIs, incluindo o trabalho conjunto e integrado no desenvolvimento das crianças no que se refere a expressão verbal, diálogos, interação e argumentação. Os relatos coletados em campo junto aos

responsáveis indicam que os filhos passaram a conversar mais, argumentar, expressar suas ideias e sentimentos com mais clareza. Os familiares também comentam que as crianças demonstram maior interesse pelos livros e familiaridade com a leitura quando iniciam nos CMEIs e nos projetos. Esses relatos mostram que as atividades artístico-culturais, sobretudo pela flexibilidade e adaptabilidade, têm um papel importante no desenvolvimento da expressão, da linguagem e da imaginação infantil.

Integração curricular

O projeto é desenvolvido como parte das atividades pedagógicas das escolas de educação infantil, estando, portanto, completamente integrado ao currículo. Destaca-se que o desenvolvimento das ações da iniciativa possibilitaram uma ampliação do contato das crianças e familiares com arte e cultura, sobretudo com a literatura.

As educadoras percebem a iniciativa como essencial ao processo de aprendizagem das crianças. Elas afirmam que o trabalho com leitura e imaginação infantil está inserido no Projeto Político-Pedagógico das unidades educacionais e que o planejamento é feito de forma cuidadosa, em consonância com a Base Nacional Comum Curricular e com o currículo em vigor.

O envolvimento contínuo das famílias e o foco no desenvolvimento global indicam que a iniciativa atua fortalecendo a permanência e o vínculo das crianças e das famílias com o ambiente escolar.



◀ Contação de história na CMEI Criança Cidadã

Território e campo cultural

As atividades do projeto focam majoritariamente temas mais gerais do universo infantil, como bichos, natureza e contos de fadas, sem referências explícitas ao território, à memória local ou à cultura popular típica da região. As ações realizadas nas CMEIs se conectam com o território sobretudo no que se refere à forte religiosidade cristã presente no município, com práticas como oração e exposição de bíblias integrando o dia a dia das próprias escolas, além das festividades juninas, muito presentes na cidade. A valorização de outras culturas populares, indígenas e negras são trabalhadas de maneira pontual, em datas comemorativas.

Para além das atividades em sala, são realizadas práticas integradas com espaços do território, como bosques, idas à prefeitura, ao campo de futebol e ao projeto Córrego da Serra, considerados os limites de mobilidade colocados pela faixa etária em que o programa é desenvolvido, constituída por crianças na primeira infância. Esses momentos tendem a ocorrer sobretudo nas datas comemorativas, como a Festa Junina e a Semana da Criança.

O diálogo com artistas locais ocorre de forma esporádica e informal, com convites feitos diretamente a agentes culturais locais com trajetória reconhecida nos campos da educação e da cultura para que realizem alguma atividade pontual nas escolas.

Proposta pedagógica

A proposta pedagógica que orienta o projeto se integra com a proposta mais ampla dos CMEIs. A ludicidade é o fundamento principal da proposta pedagógica que rege a Educação Infantil, em especial as ações de leitura com as crianças. O projeto inclui a arte e a cultura no cotidiano escolar, possibilitando que tanto as crianças quanto os familiares tenham acesso aos livros e à leitura. Tal característica é perceptível tanto dentro da escola, no convite aos responsáveis para contarem histórias para todos os estudantes, quanto na proposta das crianças levarem os livros infantis para casa para realização de atividades com os familiares.

A coordenação pedagógica da iniciativa aponta que o PPP das escolas é construído anualmente e que em todo início de ano letivo a comunidade escolar (professores, coordenação pedagógica, direção, funcionários das escolas e familiares) é reunida para que possam avaliar o que foi feito no ano anterior e discutir os aspectos do novo PPP, considerando o planejamento para o próximo ciclo. Assim, a construção do PPP é participativa e contempla as ações

culturais que serão desenvolvidas ao longo do ano, com a colaboração de professores, coordenação, responsáveis e comunidade escolar.

A coordenação afirma que visa, primeiramente, o desenvolvimento emocional das crianças, aspecto essencial na faixa etária dos estudantes participantes da iniciativa. Nessa direção, a equipe relata que foram percebidas diferenças no desenvolvimento das crianças a partir da maior participação no projeto, entre elas, a diminuição da timidez e maior desenvoltura para se expressar. Aspectos como identidade, autoestima e autopercepção recebem ampla contribuição no processo de interação com outras crianças e a família, para além de impactos no desenvolvimento da imaginação e na ampliação de vocabulário.

Interação cotidiana

A presença dos pais nas atividades do cotidiano escolar, sobretudo aquelas relacionadas à leitura, são um ponto forte da iniciativa. Há uma relação harmônica, de acolhimento e respeito entre professoras, gestão e familiares. As interações entre professoras, gestoras e equipe da Secretaria de Educação ocorrem de forma próxima e colaborativa, sustentadas por uma rotina de reuniões periódicas que favorece o diálogo e o alinhamento das ações.

A presença das famílias é um dos aspectos mais marcantes do projeto. Responsáveis, mães, pais e outros familiares costumam participar ativamente das atividades promovidas nas escolas, especialmente nas ações de leitura e contação de histórias, manifestando-se e sentindo-se acolhidos, respeitados, valorizados e integrados.

Desenho de planejamento, monitoramento e avaliação

As atividades de planejamento, monitoramento e avaliação das ações do projeto são realizadas concomitantemente com as demais atividades escolares. Há reuniões pedagógicas periódicas, comuns aos ambientes formais de ensino, para tratar de um leque mais amplo de assuntos pertinentes ao contexto escolar, que podem incluir aspectos relacionados ao projeto.

A gestão e as educadoras da iniciativa relatam que o planejamento do projeto é feito de forma conjunta e colaborativa pelas equipes de todas as quatro unidades escolares onde ele é aplicado, a partir das reuniões periódicas. Os resultados das avaliações, portfólios, fichas e o próprio diálogo direto com as famílias são considerados no processo de revisão e reformulação pelo qual o projeto passa a cada ano.



▲ Atividade lúdica em Rubiataba

O engajamento das famílias também é considerado na avaliação e são utilizadas fichas bimestrais como forma de registro e mobilização das famílias. A ficha de leitura enviada nas maletas para a contação de história em casa, embora não seja considerada pela equipe pedagógica como um instrumento de avaliação, muitas vezes é vista como tal pelas famílias, além de parte da interação, escuta e diálogo entre as famílias e a escola.

Considerações finais

O projeto interescolar Do Mundo da Imaginação apresenta uma série de contribuições e desafios no que se refere a ações que englobam arte, cultura e educação. O trabalho colaborativo, em rede, que se expressa no planejamento, na gestão e no próprio cotidiano das escolas, é um dos atributos positivos da iniciativa. As interações entre as equipes das escolas e da secretaria de educação apontaram para uma grande capacidade de convergência e produção conjunta, mesmo reunindo profissionais de diferentes unidades escolares. A ampliação do projeto para o Ensino Fundamental, pensando a garantia

do direito à arte e cultura no desenvolvimento integral ainda configura um desafio, mas tem potencial para acontecer, uma vez que a iniciativa é uma referência da atuação do órgão central com as escolas da rede.

Dado que a iniciativa tem foco na primeira infância, outro aspecto que vale ser destacado é que a ação se configura, para muitas crianças, como o primeiro ou principal acesso a expressões culturais e artísticas fora do contexto familiar. É através dele que muitos estudantes conseguem vivenciar a literatura e a contação de histórias. É também pelo projeto que podem, reconhecidas as limitações, circular e construir relação com o território. O acesso à arte e cultura, além de um resultado positivo em si, traz repercussões tanto socioemocionais quanto cognitivas, auxiliando nos diferentes aspectos do desenvolvimento infantil.

Por se tratar de uma iniciativa vinculada à educação regular, verificou-se que na rede de ensino de Rubiataba há uma preocupação com a estruturação do Atendimento Educacional Especializado. O suporte material e pedagógico às crianças com deficiência foi um destaque, além do acesso à formação continuada. Por fim, o engajamento das famílias no cotidiano escolar afigura-se como um aspecto de grande relevância, em função de sua capacidade de produzir efeitos benéficos tanto na construção de vínculos e no desenvolvimento integral da criança quanto na participação efetiva dos familiares na rotina escolar.

Diferentes desenhos e contextos, múltiplas possibilidades

As iniciativas estudadas representam uma diversidade de tipos de ações, desde políticas públicas, passando por iniciativas culturais independentes e projetos educacionais vinculados a pastas públicas. Todas deixaram evidente a potência que existe na articulação entre a arte, a cultura e a educação, tanto na garantia de direitos quanto no desenvolvimento integral com qualidade.

Executadas por instituições públicas e da sociedade civil, em contextos bastante distintos, da grande metrópole do Sudeste até pequenas cidades do interior das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, passando pela periferia de uma capital nordestina, foi possível verificar a união de esforços e de atores para que a arte e a cultura estivessem presentes nos processos formativos formais e não formais. A valorização da cultura local e ancestral se mostra bastante presente nas ações relatadas e deixa evidente o quanto fazem a diferença no pertencimento e na valorização das identidades. Essas diferenças regionais constituem importante vantagem, ao permitir o desenvolvimento de ações com contribuições específicas e adaptáveis a diferentes contextos sociais e institucionais.

O território como ponto de partida

Em todas as iniciativas estudadas, o território é valorizado como elemento fundamental para o desenvolvimento integral, o pertencimento e a valorização da cultura e das especificidades locais. Ainda que de formas e em intensidades diferentes, articulações importantes com seus territórios e campos culturais locais ficam nítidas.

Os tipos de redes com as quais as iniciativas estabelecem parceria variam muito e vão além dos campos da cultura e da educação, incluindo, por exemplo, integrantes da rede de proteção à criança e ao adolescente. Seja ocupando diferentes espaços e equipamentos do território, seja dialogando com lideranças representativas, incorporando e valorizando saberes e fazeres locais, as diferentes iniciativas têm em comum a premissa de trabalhar com intencionalidade pedagógica o contexto cultural e territorial em que estão inseridas. Essa organicidade não se confunde, de nenhuma maneira, com uma limitação, ao contrário, algumas iniciativas partem de suas raízes e dos saberes que produzem nos seus territórios para construir uma atuação ampla, que alcança diferentes regiões do país.

Intersetorialidade

O estudo das iniciativas apontou desafios e oportunidades importantes no que diz respeito à intersectorialidade. O estabelecimento de equipes intersectoriais, a construção de bases normativas comuns, a definição de papéis e responsabilidades partilhadas, o compartilhamento de recursos e o alinhamento na definição de metas e resultados ainda se configuram os maiores desafios das iniciativas. Embora tenha sido possível identificar práticas que fortalecem a intersectorialidade, em nenhuma das experiências foi possível identificar uma ação intersectorial consolidada, com atribuições e papéis bem definidos e em equilíbrio, fosse entre pastas do mesmo governo, entre entes federados e entre poder público e sociedade civil. Ao mesmo tempo, as ações relatadas apresentam um conjunto de ações que, de modo ainda informal, permitem esse diálogo e a possibilidade e potencialidade de atuação intersectorial.

Essas práticas podem fazer convergir dinâmicas, estruturas, sentidos e processos particulares de cada área, facilitando a construção conjunta de iniciativas entre educação e cultura. O reconhecimento das diferenças de ritmos, tempos e prioridades de cada campo contribui para, numa situação intersectorial, equacioná-las em uma mesma frequência a partir de compromissos comuns.

Outro ponto que ainda se configura um desafio, mas ao mesmo tempo uma ótima oportunidade, é o estabelecimento de parcerias entre o poder público e as organizações da sociedade civil dos territórios para implementar e ampliar políticas públicas de arte, cultura e educação. Cada vez mais se faz necessário unir e somar esforços ao invés de sobrepô-los e, como visto nos relatos, em duas das iniciativas, os pontos de cultura realizam ações de arte, cultura e educação já consolidadas e que fazem a diferença no processo de ensino-aprendizagem e no desenvolvimento integral. Num momento de ampliação das políticas de educação integral em tempo integral, a atuação conjunta entre escola e pontos de cultura se torna ainda mais relevante para os territórios em que estão inseridas.

Produção coletiva e governança compartilhada

Nas entrevistas, rodas e incursões a campo, foram observados processos participativos em todas as iniciativas analisadas. Seja em reuniões quinzenais de planejamento, na construção coletiva de projetos, em grupos de discussão pedagógica ou na roda como fundamento metodológico, uma característica comum a todas as iniciativas estudadas foi a construção coletiva, envolvendo equipes, gestores, professoras, famílias, estudantes, artistas locais e outras tantas pessoas.

A presença de processos de participação, escuta e construção coletiva envolvendo equipes, público e comunidade se mostrou estratégica para o sucesso das iniciativas. Essa dimensão participativa como estrutura metodológica produz impactos na construção de relação com o território, no relacionamento com parceiros, na coesão das equipes, no engajamento e senso de pertencimento dos participantes e na sustentabilidade das ações.

Integração curricular e educação integral em tempo integral

Em diferentes contextos, o avanço das políticas de educação integral em tempo integral aparece como uma oportunidade para as iniciativas desenvolvidas se integrarem formalmente à Educação Básica, ao criar mais espaço no tempo e no currículo para o desenvolvimento das suas ações.

Em alguns casos, o estudo apresentou reverberações e os potenciais das iniciativas desenvolvidas por organizações culturais nas práticas pedagógicas, a partir da relação com as escolas de seus territórios. Ainda que não integrem

de forma definitiva o currículo, a atuação destas iniciativas tem produzido efeitos importantes nas práticas pedagógicas, na garantia de direitos e no desenvolvimento integral das crianças, adolescentes e jovens. Institucionalizá-las e formalizá-las se torna importante para perenidade das políticas públicas de arte, cultura e educação. O maior desafio é articular as políticas culturais e educacionais considerando a expansão de matrículas em tempo integral, aproveitando as iniciativas e repertórios já existentes, de modo que os programas e projetos se complementem. Essa articulação emerge como uma oportunidade para o fortalecimento dos princípios da educação integral.

Desenho de planejamento, monitoramento e avaliação

No que se refere às práticas de planejamento, monitoramento e avaliação, todas as iniciativas apresentaram momentos dedicados à preparação e organização, acompanhamento das atividades, produção de dados, discussão de resultados e revisão de rotas, algumas de forma mais estruturada que as outras.

Mesmo assim, é importante considerar a oportunidade de aprimorar e ampliar as metodologias e ferramentas, além de processos formativos nesse sentido, para incorporar essa cultura, qualificar o planejamento, monitoramento e avaliação das experiências.

As iniciativas da sociedade civil, em grande medida mobilizadas pelas exigências do financiador, foram as que apresentaram mais mecanismos formais direcionados ao monitoramento e avaliação de metas, objetivos e resultados, com mais consciência e domínio desses processos.

Recorrentemente subestimada, a dimensão do planejamento, monitoramento e avaliação é o que permite acompanhar e evidenciar os efeitos e impactos das ações realizadas. Ter essa dimensão fortalecida, portanto, aparece como elemento relevante para a manutenção e aprimoramento das iniciativas.

Oportunidades de trabalho e geração de renda

Todas as iniciativas estudadas geraram, em maior ou menor grau, oportunidades de atuação e renda para trabalhadores do campo da cultura. Algumas iniciativas figuram como verdadeiros lócus de formação e projeção de artistas e educadores, abrindo espaço para entrada de sujeitos periféricos e oportunizando processos formativos e possibilidades de inserção no mundo do trabalho. Os diálogos com alguns participantes, muitos dos quais hoje

ocupam espaço nas equipes dessas iniciativas, revelaram efeitos profundos nas trajetórias profissionais e nas possibilidades de futuro de crianças e jovens, reconhecidos por muitos sujeitos como determinantes para sua ascensão ao Ensino Superior, ao mercado de trabalho na cultura ou à atuação junto ao poder público.

Um desafio identificado se refere às formas de contratação e sustentabilidade das ações. Por serem na sua maioria implementadas por meio de editais e bolsas, a continuidade dos mesmos profissionais nas ações e as formas de contratação são pontos de atenção que podem ser bastante aprimorados nas políticas voltadas às artes, cultura e educação.

Quando a escola aprende com a arte

Algumas iniciativas apresentaram em seu Projeto Político-Pedagógico propostas que tomam como centralidade a valorização das culturas afro-brasileiras, indígenas e populares, com forte diálogo com o território. Trazem a valorização da oralidade, dos saberes de mestres e mestras da cultura popular, das relações intergeracionais e de questões ambientais, além de trabalharem a partir de multilinguagens artísticas. Suas propostas pedagógicas estão centradas no educando, no alargamento de seus horizontes e no desenvolvimento de seus projetos de vida, construídos a partir de uma perspectiva coletiva e não individualista. Horizontalidade, equidade, reconhecimento e valorização das diferenças são princípios compartilhados e trabalhados cotidianamente na prática.

Outras iniciativas operam a partir de diretrizes centradas na territorialidade, na ludicidade e na experimentação, aproveitando oportunidades trazidas pelas especificidades da etapa ou modalidade de ensino em que se desenvolvem.

A existência dessas bases teórico-metodológicas não impede que haja bastante liberdade entre os educadores para definirem quais conteúdos e métodos serão usados durante as atividades. Flexibilidade que não ignora os princípios político-pedagógicos bem definidos que orientam essas iniciativas.

Em todas as iniciativas verificou-se o investimento no desenvolvimento socioemocional dos participantes, a partir de outros modos de lidar com o corpo, com o saber, com a linguagem, com os sentidos e com o outro. Identidade, sentimentos de pertencimento, relações interpessoais, auto percepção e autoestima são levados em consideração no desenvolvimento das ações.

Talvez um dos mais importantes aprendizados acumulados neste estudo tenha sido o de que a construção de uma política intersetorial entre educação

e cultura deve considerar a ampliação da oferta de atividades artísticas e culturais nas escolas. Mas, mais do que isso, uma política intersetorial, realizada considerando o território como espaço de aprendizagem, deve estabelecer parcerias com instituições da sociedade civil já consolidadas, com equipamentos culturais e promover uma educação formal para além dos muros da escola, em múltiplos espaços de aprendizagem.

▼ Casa dos Tambores da Escola
Viva Olho do Tempo



Recomendações

5

A partir dos aprendizados acumulados ao longo do estudo, foram elaboradas recomendações que abordam diferentes aspectos envolvidos no desenho e desenvolvimento de políticas públicas de articulação entre arte, cultura e educação. Essas recomendações indicam a relevância da intersectorialidade, apontando caminhos possíveis para qualificação e avanço de políticas públicas que convergem esforços para a garantia do direito à arte, à cultura e à educação.

Recomendação 1

Promover a intersectorialidade nas políticas públicas de educação, arte e cultura, como estratégias para o desenvolvimento integral dos estudantes e democratização do direito cultural.

É importante constituir equipes intersectoriais, que contem com profissionais de ambas as áreas, com atribuições e responsabilidades bem definidas, com atuação permanente no cotidiano das ações de implementação e no diálogo entre as secretarias envolvidas em todas as etapas de desenho, execução e monitoramento das políticas públicas de educação e cultura. Desse modo, espera-se assegurar que as ações sejam definidas a partir de um diagnóstico e sejam desenhadas considerando as especificidades regionais. Se acontecerem nas escolas públicas, que estejam alinhadas dentro de uma intencionalidade pedagógica e do currículo. Se acontecerem em instituições da sociedade civil parceiras ou em equipamentos culturais, que sejam garantidos momentos cotidianos de planejamento, diálogo e reflexão, monitoramento e avaliação entre entidades envolvidas para discutir sobre o desenvolvimento integral e integrado dos alunos.

Recomendação 2

Promover espaços de governança integrados entre educação, arte e cultura

A articulação entre arte, cultura e educação pode ser incentivada por meio da promoção de espaços de governança intersectoriais que permitam a atuação conjunta dessas áreas para o desenvolvimento de ações. A estruturação de uma governança compartilhada, que pode se dar na forma de espaços periódicos para debate e tomada de decisão, com modo de funcionamento pactuado, favorece a definição de metas comuns, que podem ser incorporadas ao conjunto de resultados perseguidos tanto pela educação quanto pela cultura, fortalecendo mecanismos de parceria entre os dois campos.

Recomendação 3

Instituir mecanismos perenes de financiamento para políticas de arte, cultura e educação que garantam os direitos de acesso à cultura e a educação nos processos formais e informais de desenvolvimento e a garantia dos direitos, ampliem o acesso dos estudantes a equipamentos culturais e fortaleçam as instituições culturais como espaços de formação artística e educacional.

Para assegurar a implementação de políticas públicas se faz necessário e fundamental a existência de recursos vinculados a elas. Nesse sentido, pensar uma política intersetorial de educação e cultura requer pensar mecanismos de financiamento das secretarias envolvidas que garantam continuidade e consolidação de ações. Além disso, pensar o desenvolvimento integral, a partir das experiências relatadas, requer garantir recursos para realização de ações externas. Por exemplo, é necessário destinar recursos específicos que viabilizem saídas regulares das escolas para museus, teatros, bibliotecas e centros culturais, contemplando transporte, mediação e articulação pedagógica. Paralelamente, devem ser instituídas linhas permanentes de fomento para que instituições culturais desenvolvam programas educativos e de formação artística, garantindo infraestrutura adequada, equipes qualificadas e oferta diversificada de linguagens artísticas.

Recomendação 4

Garantir remuneração e condições de trabalho adequadas para os trabalhadores da cultura e da educação que atuam em políticas intersetoriais.

É importante montar equipes, em especial de gestão e coordenação pedagógica, mas não só, que tenham em seus quadros servidores públicos, no caso de instâncias de governo, ou trabalhadores com vínculo estável, no caso de organizações não governamentais, que possam garantir a continuidade das ações e a memória institucional. Isso não impede que haja arranjos múltiplos, com possibilidades de parcerias com organizações da sociedade civil e contratação de mestres e artistas. Para as equipes executoras, que envolvam, por exemplo,

arte-educadores, é importante prever formas de contratação que garantam condições adequadas, além de condições de trabalho, que envolvem desde alimentação e transporte até os recursos, insumos e infraestrutura necessários para realizar as atividades. Da mesma forma, ainda que seja possível certa rotatividade na composição das equipes, é importante manter certo conjunto de profissionais, cuja experiência acumulada possa contribuir na continuidade e evolução da iniciativa.

Recomendação 5

Promover a educação integral, reconhecendo as múltiplas dimensões que compõem o processo formativo dos estudantes, de modo a contribuir com a melhoria da educação brasileira, no combate às desigualdades e na valorização do território onde a escola está inserida.

A promoção da educação integral deve ser considerada como princípio fundamental para a melhoria da aprendizagem e da qualidade da educação brasileira, bem como estratégia no combate às desigualdades, em especial de estudantes em situação de vulnerabilidade social. A educação integral, enquanto concepção pedagógica, considera o desenvolvimento pleno dos estudantes nas dimensões cognitiva, física, emocional, social e cultural. Para tanto, é necessário reconhecer que a aprendizagem ocorre em múltiplos espaços, no bairro, em equipamentos culturais, em áreas de preservação, com mestres de cultura popular, familiares ou lideranças comunitárias. Ou seja, é necessário valorizar a escola como espaço fundamental de aprendizagem, mas sempre em articulação com o território e a comunidade no desenvolvimento de crianças, jovens e adolescentes.

Recomendação 6

Reconhecer o território como dimensão estruturante das políticas de educação, arte e cultura, valorizando saberes e práticas locais, bem como atuando para reduzir desigualdades.

Para isso, é importante realizar um diagnóstico no território onde a política será desenvolvida, antes do seu desenho e sua implementação, identificando instituições de ensino, organizações da sociedade civil que atuam no campo da cultura ou da educação, equipamentos culturais, coletivos autônomos, comunidades locais e suas manifestações culturais, entre outros atores e aspectos relevantes, considerando sua distribuição espacial e suas características particulares. Podem colaborar nesse mapeamento agentes que já têm uma relação orgânica constituída com o território. Esse mapa deve informar também as desigualdades presentes no território, por exemplo, a dispersão desigual de equipamentos culturais, as diferenças nos recursos disponíveis ou na oferta de educação integral em tempo integral em escolas da região, ou processos históricos de apagamento de determinadas práticas culturais e saberes tradicionais. Essas desigualdades devem ser consideradas na distribuição da oferta de atividades e recursos e na definição dos atores que irão integrar a política.

Recomendação 7

Garantir participação social de diferentes atores na formulação e implementação das políticas públicas. É importante a atuação dos diferentes atores que compõem o campo da educação e da cultura, permitindo integrar uma multiplicidade de sujeitos, iniciativas e organizações, tanto da esfera pública quanto da sociedade civil, em uma rede articulada, potencializando e somando as contribuições particulares de cada um desses atores na garantia do direito à educação e à cultura

É importante reconhecer, valorizar, incentivar e mobilizar a diversidade de arranjos institucionais possíveis e colocá-los à serviço das políticas públicas, identificando as contribuições específicas que cada ator pode oferecer. Na prática, isso significa

estruturar políticas cujo desenho envolva escolas, equipamentos culturais, pontos de cultura, famílias, secretarias de educação e cultura, parlamento, organizações da sociedade civil, atuando a partir de suas especificidades na execução de um conjunto integrado de ações.

Recomendação 8

Construir políticas intersetoriais que apostem na educação e na cultura enquanto espaços de combate às desigualdades e violências como o racismo, a LGBTfobia, o sexismo e o capacitismo, e de valorização das culturas afro-brasileiras, indígenas, populares e de outros grupos socialmente discriminados.

Para além de uma dimensão declaratória, recorrentemente presente em projetos culturais e educacionais, é preciso incorporar protocolos explícitos de enfrentamento a qualquer forma de discriminação, que prevejam estratégias de responsabilização dos autores e proteção das vítimas, adequadas aos públicos e contextos onde as iniciativas são desenvolvidas. Da mesma forma, é obrigatório garantir condições de acessibilidade e inclusão em todas as etapas e práticas, recorrendo aos múltiplos instrumentos já disponíveis. Para além da gestão das relações interpessoais e da perspectiva inclusiva, é importante avançar para a dimensão artística e pedagógica, valorizando a produção cultural de mulheres, pessoas negras e indígenas, e incorporando elementos culturais de grupos socialmente discriminados, como pessoas que sofrem violência de gênero e PcD. Esse processo se torna mais efetivo se estes sujeitos não figurarem apenas como destinatários de políticas de proteção, mas se fizerem presentes nos processos de desenho e implementação das políticas e iniciativas de cultura e educação.

Recomendação 9

Considerar arte e cultura como dimensões estruturantes das políticas de Educação Integral em Tempo Integral, reconhecendo seu valor em si, bem como seus efeitos na formação integral dos estudantes, na aprendizagem e na garantia de direitos.

A expansão da oferta de educação integral, ampliando o número de escolas em tempo integral, é uma oportunidade para a incorporação e curricularização de atividades artísticas e culturais na educação. Isso pode se dar tanto incorporando práticas desenvolvidas no interior das escolas articulando a oferta de atividades artísticas realizadas por parceiros externos, por meio de parcerias com organizações não governamentais, pontos de cultura e equipamentos culturais que fortaleçam o convívio com a comunidade.

Recomendação 10

Estruturar propostas pedagógicas que possibilitem a vivência de diferentes práticas artísticas e culturais, bem como a interlocução entre múltiplas linguagens.

Esse processo se dá, por um lado, pela incorporação de diferentes saberes e profissionais nos programas pedagógicos, organizando equipes formadas por sujeitos com expertise em diferentes expressões artísticas, como teatro, música, dança, audiovisual, entre outras, bem como sujeitos capazes de operar no espaço da multilinguagem. Esses profissionais e seus saberes devem dispor de um conjunto de recursos, adequados a cada linguagem artística (instrumentos musicais, espaços para ensaio e apresentação, roupas adequadas para o movimento, equipamentos de vídeo e som etc.), que garantam a efetividade da experimentação dessas manifestações pelos estudantes. Além disso, é importante construir trilhas pedagógicas que permitam a circulação dos estudantes por diferentes expressões artísticas, valorizando as especificidades de cada uma delas, bem como a vivência integrada dessas linguagens.

Recomendação 11

Promover projetos político-pedagógicos centrados no conceito de educação integral, trazendo a centralidade do desenvolvimento pleno do educando, construídos a partir de uma perspectiva coletiva, com forte diálogo com o território.

Existe uma série de princípios que podem orientar a construção de projetos pedagógicos, como a horizontalidade, a circularidade, a equidade, o reconhecimento e valorização dos diferentes saberes. Outros elementos estruturantes estão voltados à cultura da oralidade, a garantia da ludicidade, o diálogo intergeracional e a dimensão ambiental e também devem ser considerados. A presença destes eixos orientadores nas práticas analisadas se mostraram extremamente importantes para o sucesso das iniciativas e para a realização de seus resultados. Essas construções devem considerar sobretudo o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, na Base Nacional Comum Curricular e nas Diretrizes específicas de educação integral e por etapa de ensino, além de ouvir os mestres e mestras locais para garantir a presença das leis 10.639/2003 e 11.645/2008.

Recomendação 12

Instituir política permanente de formação continuada para a comunidade escolar voltada à articulação entre arte, cultura e educação.

É necessário garantir ofertas contínuas de formações para gestores, docentes e comunidade escolar, arte-educadores, mestres e mestras grãos que tratem dos fundamentos teóricos e metodológicos da articulação entre arte, cultura e educação, apresentando boas práticas em diferentes territórios e evidenciando os impactos dessa união no desenvolvimento integral dos estudantes. As ações formativas devem combinar referenciais conceituais, estudos de caso e estratégias pedagógicas aplicáveis ao cotidiano escolar, assegurando alinhamento curricular e continuidade institucional. Também deve-se pensar formação específica para professores e educadores em cada linguagem das artes. As escolas precisam garantir a presença de um professor por linguagem da arte, segundo dispõe a Lei de Diretrizes e Bases da Educação,

todavia esta não é e não será uma tarefa fácil. Tradicionalmente, as escolas têm um professor de artes polivalente. Estabelecer parcerias com universidades e instituições especializadas será importante para garantir formações e licenciaturas.

Recomendação 13

Promover o reconhecimento do saber de mestres e artistas cujos conhecimentos e competências não estão formalizados, de modo a permitir a incorporação de saberes tradicionais e práticas culturais não institucionalizadas às políticas intersetoriais, além de ampliar oportunidades de trabalho e renda.

Realizar parcerias com organizações e artistas que abram espaço para a participação nas atividades escolares, por meio do reconhecimento de notório saber de mestres e artistas populares que não possuam diploma ou registro profissional.

Ressalta-se que em tais atividades escolares com mestres e artistas deve ser garantida a especificidade da função docente no planejamento e mediação das atividades, com a intencionalidade pedagógica e a integração das propostas ao Projeto Político-Pedagógico da unidade educacional e à proposta curricular do sistema de ensino.

Recomendação 14

Fortalecer processos de planejamento, monitoramento e avaliação de iniciativas intersetoriais em educação, arte e cultura, com vistas a permitir uma análise mais precisa de resultados e ampliar a tomada de decisões pautada em evidências.

Esse fortalecimento pode ser promovido pelo poder público, por meio da oferta de formação sobre cultura de dados, elaboração de instrumentos, recursos específicos e qualificação de processos de planejamento, monitoramento e avaliação. Se faz necessário monitorar e avaliar a implementação da política, mas também a aprendizagem dos alunos. E para isso é possível

utilizar a expertise de outras redes ou organizações da sociedade civil no desenvolvimento de práticas de referência, criando espaços para disseminação de boas práticas entre pares. Entre as ações, recomenda-se a construção de marcos lógicos ou teorias da mudança, bem como a construção de indicadores e planos de monitoramento e avaliação, de tal forma que essa prática seja incorporada no cotidiano das iniciativas.

Recomendação 15

Prever uma comunicação interna e externa robusta, didática, contextualizada e acessível, que torne transparentes a todos os envolvidos os propósitos da política e seus modos de execução e resultados.

Uma política pública precisa, antes de mais nada, ser compreendida pelos diferentes atores que a executarão e que serão beneficiários dela. Manuais, folders explicativos, campanhas internas, entre tantas outras estratégias, precisam ser previstas e mobilizadas em prol do melhor desenvolvimento e comunicação da política. Do ponto de vista externo, é importante também que os beneficiados tenham ciência de propósitos, ganhos e desafios e possam ser também agentes de defesa e disseminação das ações.

Crianças durante oficina do Grãos de Luz e Griô na Escola Municipal Maria Isabel



Referências



ALMEIDA, Aline Rodrigues de. *A educação enquanto experiência comunitária e a Escola Viva Olho do Tempo: o partilhar de saberes em uma roda de sonhos possíveis*. 187 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/20252/1/AlineRodriguesDeAlmeida_Dissert.pdf. Acesso em: 31 jul. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 1.786, de 06 de julho de 2011. Institui a Política Nacional Griô, para proteção e fomento à transmissão dos saberes e fazeres de tradição oral*. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=897064&filenome=PL+1786%2F2011. Acesso em: 25 set. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Censo Demográfico 2022 [recurso eletrônico]*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/>. Acesso em: 11 dez. 2025.

BRASIL. *LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. – 7. ed. – Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2023. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/642419/LDB_7ed.pdf. Acesso em 24 set. 2025.



BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. *Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade de conteúdos que abordem História e Cultura Afro-Brasileiras*. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 09 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *MEC lança edital de experiências em educação integral* [recurso eletrônico]. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/abril/mec-lanca-edital-de-experiencias-em-educacao-integral>. Acesso em: 10 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *Saiba mais – Programa Mais Educação*. Portal do Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/bolsas-e-auxilios/lista-de-programas/mais-educacao>. Acesso em: 24 out. 2025.

CALABRE, Lia; VAL, Ana Paula do. Desafios contemporâneos para as políticas públicas de cultura na cidade de São Paulo. *Estudos Avançados*, São Paulo, Brasil, v. 38, n. 112, p. 335–354, 2024. DOI: 10.1590/s0103-4014.202438112.019. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/240829>. Acesso em: 28 ago. 2025.

CAMPOS, Laís Rodrigues. Espaço-vivido e a escola rural: o caso da Escola João Braga de Cristo-Nordeste Paraense. *Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia, [S. l.]*, v. 3, n. 9, 2018. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/Observatorium/article/view/45428>. Acesso em: 23 set. 2025.

CONCÓRDIA DO PARÁ (Município). *Portal oficial da Prefeitura Municipal de Concórdia do Pará*. *Concórdia do Pará, PA*, [s.d.]. Disponível em: <https://concordiadopara.pa.gov.br/>. Acesso em: 12 ago. 2025.

ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL QUILOMBOLA VEREADOR JOÃO BRAGA DE CRISTO. *Projeto Político-Pedagógico Quilombola: valorizando os saberes e a identidade das comunidades*. Concórdia do Pará, PA, 2025. Documento institucional.

ESCOLA VIVA OLHO DO TEMPO: *Site institucional*. In: *Escola Viva Olho do Tempo: Site institucional*. [S. l.], 2025. Disponível em: <https://www.olhodo-tempo.org.br/>. Acesso em: 18 set. 2025.

GLÓRIA, Catharina da Cunha; LAMBERT, Marisa Martins. Artistas-Educadores-Gestores: a atuação do licenciado em artes na gestão de equipamentos culturais. *Sala Preta*, São Paulo, Brasil, v. 23, n. 2, p. 160–185, 2024. DOI: 10.11606/issn.2238-3867.v23i2p160-185. Disponível em: <https://revistas.usp.br/salapreta/article/view/223283>. Acesso em: 18 ago. 2025.

GRÃOS DE LUZ E GRIÔ. *Grãos de Luz e Griô: Site institucional*. In: *Grãos de Luz e Griô*. [S. l.], 2025. Disponível em: <https://graosdeluzegrio.org.br>. Acesso em: 3 set. 2025.

GRÃOS DE LUZ E GRIÔ. *Relatório de atividades Grãos de Luz e Griô 2021* [recurso eletrônico]. [S. l.]: Grãos de Luz e Griô, 2021. Disponível em: <https://graosdeluzegrio.org.br/files/2023/09/RELAT%C3%93RIO-ATIVIDADES-GR%C3%83OS-DE-LUZ-E-GRI%C3%94-2021.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2025.

GRÃOS DE LUZ E GRIÔ. *Pedagogia Griô: a reinvenção da roda da vida*. YouTube, 2016. Disponível em. Disponível em: <https://youtu.be/Nsov4uThpmQ>. Acesso em: 27 ago. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS (IPEAFRO). *Adinkra*. Disponível em: <https://ipeafro.org.br/acoes/pesquisa/adinkra/>. Acesso em: 16 dez. 2025

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). *Resultados – Censo Escolar*. Inep. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 02 set. 2025.

JOÃO PESSOA (Município). *Portal oficial da Prefeitura Municipal de João Pessoa*. João Pessoa, PB, [s.d.]. Disponível em: <https://antigo.joaopessoa.pb.gov.br/>. Acesso em: 12 ago. 2025.

JOÃO PESSOA (Município). Secretaria de Educação e Cultura – SEDEC. *Portal da Secretaria de Educação e Cultura de João Pessoa* [recurso eletrônico]. João Pessoa: Prefeitura Municipal de João Pessoa, [s.d.]. Disponível em: <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretaria/sedec/>. Acesso em: 12 ago. 2025.

LENÇÓIS (Município). *Portal oficial da Prefeitura Municipal de Lençóis*. Lençóis, BA, [s.d.]. Disponível em: <https://www.lencois.ba.gov.br/>. Acesso em: 09 set. 2025.

LIMA, Joice Rodrigues de. Construção de pensamento em políticas públicas e processos artísticos com infâncias: reflexões a partir do Programa de Iniciação Artística – PIÁ. *Revista Boletín Redipe*, v. 11, n. 11, p. 75–85, nov. 2022. Disponível em: <https://revista.redipe.org/index.php/1/article/view/1908>. Acesso em: 15 set. 2025.

LOPES, Lucília Laura Pinheiro; VITALLE, Maria Sylvania de Souza. O Pensamento Griô na formação de adolescentes e jovens brasileiros. *Revista Poiesis*, [s. l.], ano 2024, v. 19, ed. 35, p. 149-165, 2025. DOI <https://doi.org/10.59306/poiesis.v19e352025149-165>. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Poiesis/article/view/26951>. Acesso em: 28 ago. 2025.

MENDONÇA, Karla Jeniffer Rodrigues; PIRES, Flávia Ferreira. *Batucando na Escola Viva Olho do Tempo (João Pessoa, PB): aprendizagens ritmadas pelas crianças*. Educação em Revista, v. 36, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/4nKbQxqTG9HtMqtJmnSV4Bf>. Acesso em: 02 set. 2025.

OLHO DO TEMPO ESCOLA VIVA. *A Mestra Doci, da Olho do Tempo e da Meninada* [vídeo online]. YouTube, 15 jun. 2021. Disponível em: <https://youtu.be/U47nJLVPg3c>. Acesso em: 15 set. 2025.

OLHO DO TEMPO ESCOLA VIVA. *Institucional – Escola Viva Olho do Tempo* [vídeo online]. YouTube, 18 mar. 2014. Disponível em: <https://youtu.be/83p-qSBjy8Bw>. Acesso em: 15 set. 2025.

PACHECO, Lillian. *Pedagogia griô: a reinvenção da roda da vida* [recurso eletrônico]. Lençóis, Grãos de Luz e Griô, 2006. Disponível em: <https://graosdeluzegrio.org.br/files/2017/06/Livro-Pedagogia-Gri%C3%B4.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2025.

PEREIRA, L. de A.; RIOS, J. A. V. P. *Práticas pedagógicas no cotidiano escolar quilombola e suas interconexões com a Pedagogia Griô*. *Caderno Pedagógico*, [S. l.], v. 21, n. 9, p. e7636, 2024. DOI: 10.54033/cadpedv21n9-076. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/7636>. Acesso em: 30 ago. 2025.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. *Relatório de Gestão 2020 – Programa de Iniciação Artística*. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://drive.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/2020.pdf>. Acesso em: 05 set. 2025.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO; Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa (Supervisão de Formação Cultural). *Edital de credenciamento SMC/CFOC/SFC nº 04/2025 - PIÁ*, São Paulo-SP, 25 fev. 2025. Disponível em: https://prefeitura.sp.gov.br/documents/d/cultura/sei_120280633_edital_smc_cfoc_sfc_n-_04_2025-pdf. Acesso em: 2 set. 2025.

PROGRAMA DE INICIAÇÃO ARTÍSTICA (PIÁ). *Ensaios de pesquisa-ação* [recurso eletrônico]. [S.l.]: Programa de Iniciação Artística, [s.d.]. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1moxxNKKwENfvfjIbajcqS2ZyI8He-QmdN>. Acesso em: 06 out. 2025.

RUBIATABA (Município). *Portal oficial da Prefeitura Municipal de Rubiataba*. Rubiataba, GO, [s.d.]. Disponível em: <https://rubiataba.go.gov.br/>. Acesso em: 14 ago. 2025.

SÃO PAULO (Município). Câmara Municipal de São Paulo. *Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA 2025: material para apresentação* [recurso eletrônico]. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo, 2024. Disponível em: https://www.saopaulo.sp.leg.br/orcamento2025/wp-content/uploads/sites/63/2024/11/Material-para-APRESENTACAO_PLOA-2025_-11-11-24.pdf. Acesso em: 05 nov. 2025.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Cultura. *Plano Municipal de Cultura de São Paulo (versão final)*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 2016. Disponível em: https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2023/07/PMC_FINAL.pdf. Acesso em: 09 set. 2025.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. *Centros Educacionais Unificados – CEUs*. CEU – Secretaria Municipal de Educação, Prefeitura de São Paulo. Disponível em: <https://ceu.sme.prefeitura.sp.gov.br/>. Acesso em: 23 set. 2025.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. *Currículo da Cidade: Educação Infantil*. 2. ed. São Paulo: SME, 2022. Disponível em: <https://acervodigital.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2022/12/Curriculo-da-Cidade-Ed.-Infantil-2ed.pdf>. Acesso em: 03 set. 2025.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. *Currículo da Cidade: Ensino Fundamental*. São Paulo: SME, [s.d.]. Disponível em: <https://curriculo.sme.prefeitura.sp.gov.br/curriculo-ensino-fundamental>. Acesso em: 03 set. 2025.



SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Organização Pedagógica 2024. São Paulo: SME, 2024. Disponível em: <https://acervodigital.sme.prefeitura.sp.gov.br/acervo/organizacao-pedagogica-2024/>. Acesso em: 11 set. 2025.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Perfil das turmas e unidades educacionais em funcionamento [recurso eletrônico]. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, [s.d.]. Disponível em: <https://dados.prefeitura.sp.gov.br/dataset/perfil-das-turmas-e-unidades-educacionais-em-funcionamento>. Acesso em: 05 out. 2025.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Portal da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. São Paulo: SME, [s.d.]. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/>. Acesso em: 09 set. 2025.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Gestão. Microdados – servidores: perfil [recurso eletrônico]. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, 2025. Disponível em: <https://dados.prefeitura.sp.gov.br/dataset/microdados-servidores-perfil>. Acesso em: 05 out. 2025.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CONCÓRDIA DO PARÁ (PA). Maculelê na Educação em Tempo Integral: uma imersão nessa manifestação cultural afro-brasileira. *Experiências de Educação Integral*. Disponível em: <https://experienciaseduintegral.com.br/mapeamento/maculele-na-educacao-em-tempo-integral-uma-imersao-nessa-manifestacao-cultural-afro-brasileira/>. Acesso em: 03 nov. 2025.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RUBIATABA (GO). *Do mundo da imaginação à prática experimental de atividades culturais, literárias e artísticas*. *Experiências de Educação Integral*. Disponível em: <https://experienciaseduintegral.com.br/mapeamento/do-mundo-da-imaginacao-a-pratica-experimental-de-atividades-culturais-literarias-e-artisticas/>. Acesso em: 03 nov. 2025.

Créditos das fotos



Agência Ophelia

fotos das páginas: 48, 53

Letícia Vieira

fotos das páginas: 10, 17, 21, 22, 26, 31, 34, 60, 65, 69, 73, 74, 79, 82, 100

Thiago Nozi

fotos das páginas: 10, 21, 36, 39, 43, 45, 47, 89

Tomara! Educação e Cultura

fotos das páginas: 57, 59



Conheça as publicações da coleção

INTERSETORIALIDADES

Evidências em arte, cultura e educação



I Estudo para a construção de políticas públicas de arte, cultura e educação



II Aprendizados a partir de análise dos dados de cultura e educação



III Mapeamento de experiências em arte, cultura e educação



IV Estudos de caso em arte, cultura e educação no Brasil



INTERSETORIALIDADES

Evidências em arte, cultura e educação

IV

Estudos de caso em arte, cultura e educação no Brasil



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

MINISTÉRIO DA
CULTURA

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO